



polytechnica
Curso pratico
ORATO
SIO
Secção nº5

Escola polytechnica
6ª cad. Curso pratico
CARBONATO
DE SODIO (SECCO)
Secção nº5

Escola polytechnica
6ª cad. Curso pratico
CLORETO
DE FUND
Secção nº5

Escola polytechnica
6ª cad. Curso pratico
CLORETO
DE FUND
Secção nº5

Escola Polytechnica - 6ª Cadeira
355
Laboratorio de Chimica
49

Escola Polytechnica - 6ª Cadeira
420
Laboratorio de Chimica

Escola Polytechnica - 6ª Cadeira
Laboratorio de Chimica

ESCOLA POLYTECHNICA - 6ª CADEIRA
Dioxydo
de
Cobre
LABORATORIO DE QUIMICA
BIOXIDO DE COBRE

Escola polytechnica
6ª cad. Curso pratico
Laboratorio de Chimica

Escola Polytechnica - 6ª Cadeira
Cobre - 4
Laboratorio de Chimica
241

LES ETABLISSEMENTS
POULENC FR
BISULFATE
DE MERCURE
POISON

ESCOLA POLYTECHNICA - 6ª CADEIRA
LABORATORIO DE QUIMICA

BERNARDINO
ILUSTRE **ANTÓNIO**
MÉDICO **GOMES**
ILUMINISTA
NASCIDO EM
PAREDES DE COURA _____

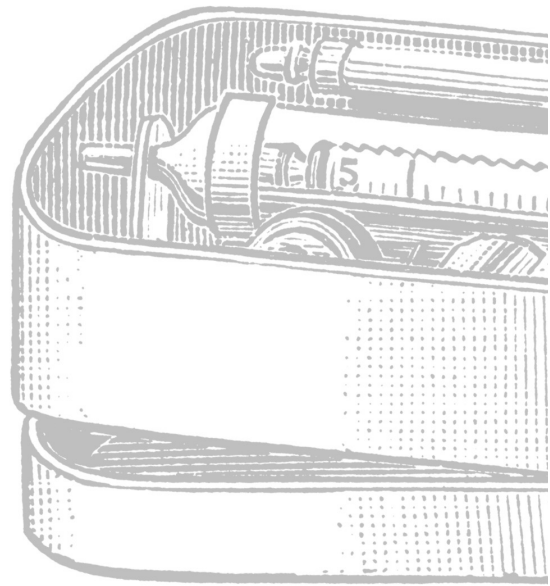
Bernardino António Gomes
Ilustre médico iluminista nascido
em Paredes de Coura
CARLOS SUBTIL

Coordenação · Bárbara Azevedo
Design · Olinda Martins
Revisão de texto · Maria David Castro

Data da edição · maio de 2017
Tiragem · 300 exemplares
Execução Gráfica ·
Depósito legal ·

BERNARDINO
ILUSTRE **ANTÓNIO**
MÉDICO **GOMES**
ILUMINISTA
NASCIDO EM
PAREDES DE COURA _____

CARLOS
SUBTIL



- 11 PREFÁCIO
- 13 INTRODUÇÃO

- 17 I PARTE
 - A sociedade, a saúde e a medicina ao tempo do nascimento e vida de Bernardino António Gomes
- 19 O modelo de governo e de administração da saúde pública
 - A assistência e a saúde durante a monarquia corporativa
- 26 A saúde pública nos alvares do Liberalismo
- 29 O estado da arte médica: da medicina hipocrático-galénica até a modernidade



Conteúdos

- 35 II PARTE
Origem, dados biográficos
e aspetos da vida familiar
de Bernardino António
Gomes
- 48 O botânico, sanitarista e
dermatologista
O botânico
- 54 O médico de saúde pública,
fundador da Instituição
Vacínica
- 75 O fundador da
dermatologia portuguesa
- 79 As homenagens que lhe
foram feitas
- 82 À guisa de conclusão
- 86 Fontes
- 91 Referências Bibliográficas:

Figuras



36 Figura 1—Genograma da família de Bernardino António Gomes

46 Figura 2—Estátua de Bernardino António Gomes no Jardim Botânico de Lisboa

50 Figura 3— Páginas do 1.º Volume de Manuscritos de Bernardino António Gomes, com o registo das observações de doentes com sezões tratados com a quina de Goiares, enquanto médico da Armada e Capitão de Fragata Graduado (1798-1808). Oferecido por seu neto, Padre Bernardino Barros Gomes, em 1910, ao Jardim Botânico, da Universidade de Coimbra (?)

58 Figura 4—Capa dos dois primeiros opúsculos sobre a vacina, dos nove que foram publicados entre 1812 e 1813

62 Figura 5—Primeira página da Recopilação histórica dos trabalhos da Instituição Vaccinica durante o seu primeiro anno.

68 Figura 6—Primeira página da Conta annual da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa pronunciada na sessão publica de 1815

74 Figura 7—Capa de Ensaio dermosográfico

76 Figura 8—Capa da Carta aos médicos portugueses

78 Figura 9—Sinalética da R. Dr. Bernardino António Gomes em Paredes de Coura

80 Figura 10—Sinalética do Largo Bernardino António Gomes, onde também existe um busto seu, junto ao Campo de Santa Clara



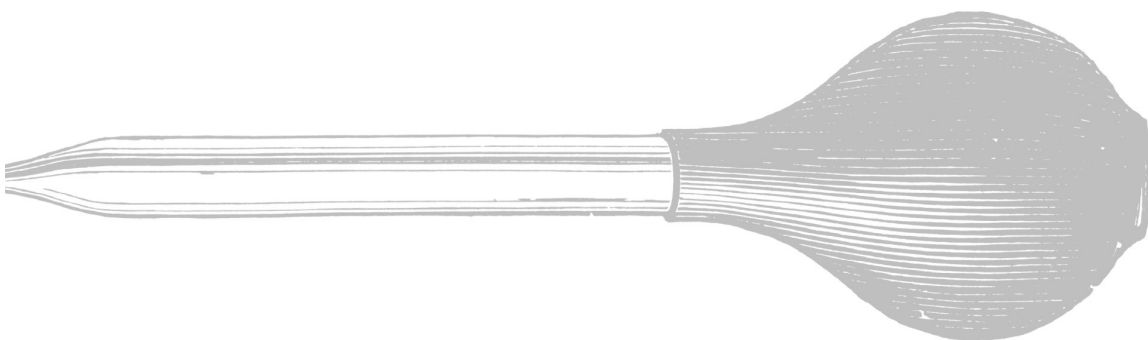
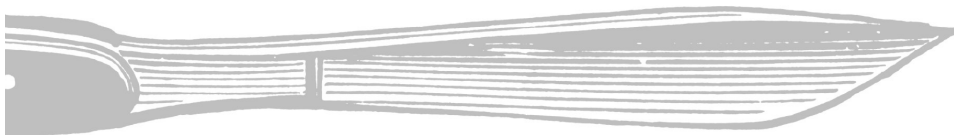
Quadros

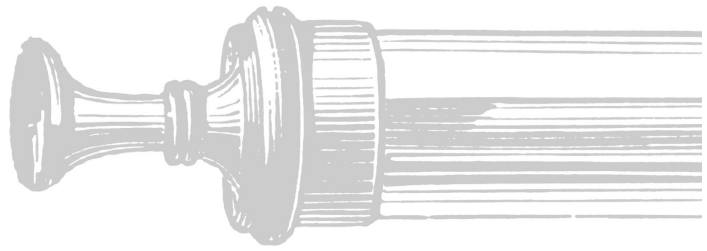
41 Quadro 1—Tabela cronológico-biográfica de Bernardino António Gomes incluindo a data de publicação das suas obras e acontecimentos relevantes da vida nacional

57 Quadro 2—Opúsculos publicados desde a fundação da Instituição Vacínica até fevereiro de 1813

64 Quadro 3—Número de vacinados durante o trimestre em que Bernardino António Gomes foi diretor, por localidades e por distrito

70 Quadro 4—Número, nome e tempo de serviço dos vacinadores da província do Minho, no terceiro ano de existência da Instituição Vacínica (1815)





PREFÁCIO

A história local continua muito viva e assim será nos próximos tempos. Num mundo em que tudo muda, a um ritmo alucinante e num tempo em que as fronteiras são cada vez mais invisíveis, há uma tendência nostálgica para procurar as raízes e descobrir com mais profundidade quem somos. É uma boa compensação porque não podemos compreender o mundo e avançarmos com maior lucidez para o futuro sem sabermos quem somos e para onde queremos ir.

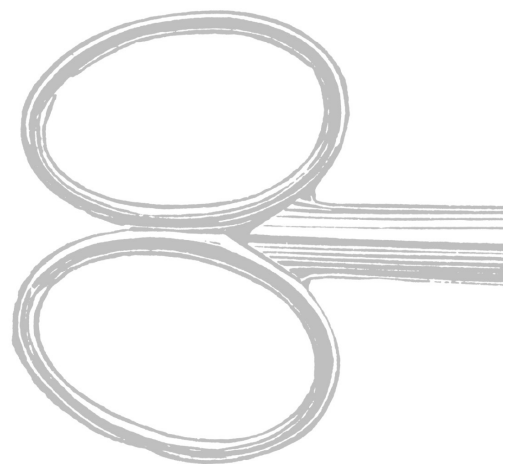
Este livro é, na sua essência, sobre um homem ilustre, um cientista, que tem uma ligação muito íntima à história de Paredes de Coura e do próprio país. É também, por isso, uma homenagem justíssima, mas é, sobretudo, a vontade de darmos a conhecer o espírito científico de Bernardino António Gomes que, no seu tempo, abriu novos caminhos à ciência.

Estamos, portanto, muito gratos ao Professor Doutor Carlos Subtil por nos dar a conhecer a vida deste courense, e português ímpar, que abriu novos caminhos à medicina, com especial relevo à farmacologia e à dermatologia, mas também à química, à botânica e até à saúde pública.

Pela utilização privilegiada das fontes primárias, pela clareza e correção da linguagem e pela coerência global podemos dizer que esta obra ultrapassa a fronteira da monografia local e se afirma no contexto de uma ampla história de índole nacional.

Parabéns Professor Doutor Carlos Subtil pelo excelente trabalho e pelo grande contributo que deu à história de Paredes de Coura e à história do nosso país.

Vítor Paulo Pereira
Presidente da Camara Municipal de Paredes de Coura
Maio 2017



INTRODUÇÃO

No percurso do trabalho de investigação para «A saúde pública e os enfermeiros entre o Vintismo e a Regeneração», que deu origem à tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para provas doutorais, deparamo-nos com uma das figuras mais relevantes da saúde pública no período do estudo em causa.

O Doutor Bernardino António Gomes, nascido em Paredes de Coura, foi, na expressão de um «grupo de admiradores», que erigiram uma estátua em sua homenagem no Jardim Botânico de Lisboa, em 1926, um «benemérito da ciência e benfeitor da Humanidade».

A biografia deste ilustre homem foi registada numa memória do seu próprio filho, em 1857, e, já no século XX, em 1925, por Virgílio Machado. É, aliás, nestes autores que recolhemos grande parte dos seus dados biográficos, que permitem compreender melhor a sua trajetória como médico e investigador. João Pedro M. Xavier de Brito também apresentou a sua biografia, numa comunicação à Academia da Marinha, em 2011. A obra de Bernardino António Gomes é referida por vários historiadores da Medicina, Farmácia e Química tais como Jorge Crespo (1990), Rui Pita (2006), Luís Mora (2012), Ana Carneiro e Bernardo J. Herold.

Para além da apresentação dos dados bio e bibliográficos, com esta publicação pretende-se traçar um quadro geral da saúde pública e da medicina coeva de Bernardino António Gomes, para evidenciar o carácter inovador e visionário deste homem de ciência e destacar o seu papel como membro da Academia Real das Ciências e da Junta de Saúde Pública e como fundador da Instituição Vacínica, que desempenhou o importante papel de luta contra a varíola.

O nosso principal campo de pesquisa foi a Academia das Ciências de Lisboa, onde foram compulsados os trabalhos que iremos referir e organizados nos três momentos do seu percurso profissional

como médico da Armada, médico de saúde pública e dermatologista. Estamos, pois, perante uma das figuras médicas mais relevantes dos séculos XVIII e XIX, a nível nacional e europeu.

Este é, pois, mais um gesto de homenagem à figura ímpar do médico Bernardino António Gomes e, de igual modo, aos municípios e aos profissionais que, ontem como hoje, orientam a sua atividade para a saúde pública.

Aos municípios, pela função que têm vindo a desempenhar neste campo ao longo dos tempos e que hoje reassumem, em novas dimensões e em novos contextos sociais e políticos.

Aos profissionais da saúde pública, por serem os legítimos herdeiros do altruísmo modernista de Bernardino António Gomes e dos anónimos médicos *do partido* representados na figura do João Semana e dos médicos de província que povoam o imaginário das *Pupilas do Senhor Reitor*.

As biografias anteriores realçam a obra de Bernardino António Gomes no domínio da Botânica e da Dermatologia. Neste trabalho, queremos destacar o seu papel como fundador da Instituição Vacínica, instituição precursora do atual Plano Nacional de Vacinação.

14

Na I Parte deste livro, traçamos um breve quadro da saúde e da medicina da época, caracterizando as formas de governo e de administração da saúde pública em dois momentos que, sendo contíguos, assinalam a transição do Antigo Regime para o Liberalismo, período em que nasceu e viveu Bernardino António Gomes.

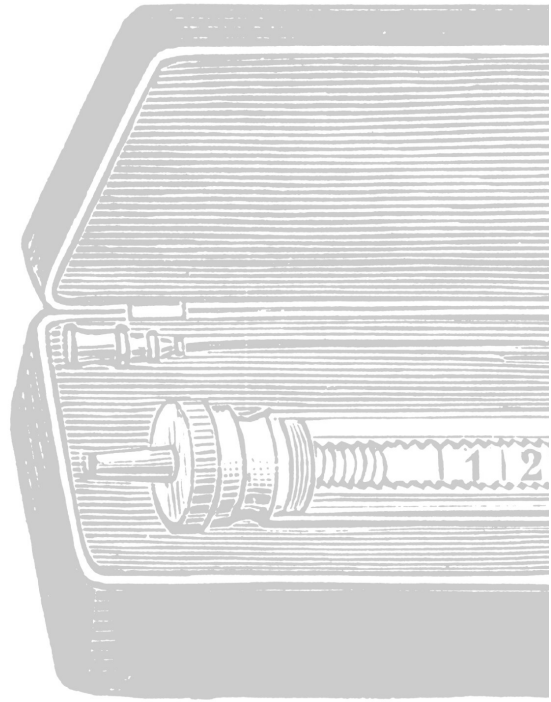
Na II Parte, reunimos os seus dados biográficos, procurando traçar o seu perfil como homem, profissional da saúde e investigador nas áreas da botânica, da vacinação e da dermatologia. Todas as suas biografias estão atravessadas por extensos e rasgados encómios pessoais e, menos frequentemente, por aspetos da sua vida familiar. A ambos nos referiremos para, de seguida, destacar a sua obra como cientista e médico, sobretudo na área da saúde pública e no pioneirismo do tratamento diferenciado das doenças de pele.

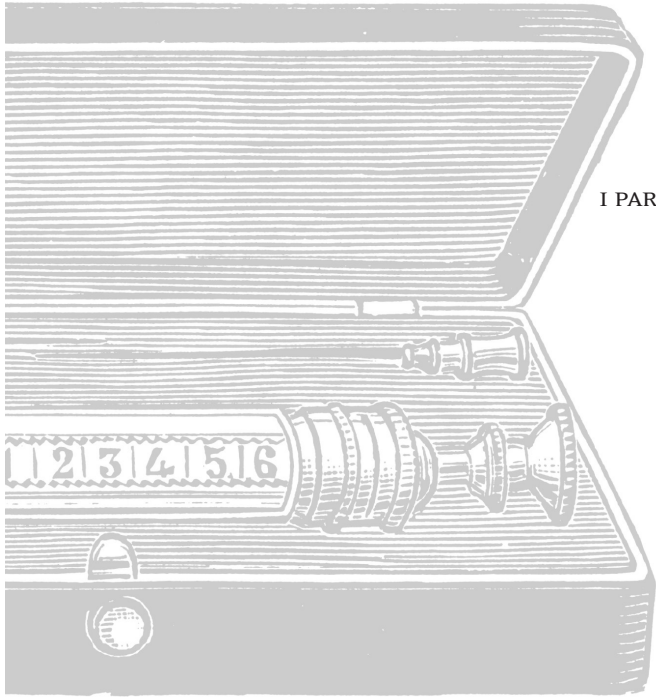
A grandeza da sua obra suscitou o reconhecimento e louvor públicos que posteriormente lhe foram dispensados e que não poderíamos omitir neste trabalho. Por isso, incluímos uma breve referência às homenagens que lhe foram feitas, inventariadas por Jofre de Lima Monteiro Alves.

Uma advertência final para o número e a extensão das notas de rodapé. Trata-se de uma opção para não privar o leitor das fontes e de toda a bibliografia que foi usada e para fazer anotações que, ficando no texto principal, corriam o risco de o tornar mais extenso e irregular.

Não posso deixar de expressar agradecimentos ao município de Paredes de Coura, na pessoa do seu presidente Vítor Paulo Pereira, que acolheu com entusiasmo esta proposta. De igual modo, aos responsáveis pelas duas importantes estruturas ao serviço da leitura, do conhecimento e da preservação do património documental: Aníbal Almeida, da Biblioteca Municipal, e Fátima Cabodeira, do Arquivo Municipal, que têm sido inexceláveis na disponibilização dos seus serviços. Também um agradecimento à Sandra Sousa, agualonguense de nascimento, técnica superior no Centro de Documentação da Escola Superior de Saúde de Viana, pela qualidade e rigor com que procedeu à revisão das notas de rodapé e das referências bibliográficas. De igual modo, à Bárbara Azevedo, pela coordenação gráfica, à Olinda Martins, pela capa e paginação, e à Maria David Castro, pela revisão de texto.

Coura, 29 de outubro de 2016
Carlos Subtil
(248 anos após o nascimento de
Bernardino António Gomes)





I PARTE

A SOCIEDADE, A SAÚDE E A MEDICINA AO TEMPO DO NASCIMENTO E VIDA DE BERNARDINO ANTÓNIO GOMES

À época do nascimento de Bernardino António Gomes (1768), estava em curso uma rutura histórica entre a cultura do «público» e a cultura do «privado», entre o paradigma corporativo e o paradigma individualista.

À esfera da vida privada pouco pertencia, de tal forma a vida de cada um e a vida em família eram sistemática e permanentemente escrutinadas pelos outros. Na transição, «assiste-se, assim, à passagem de uma sociabilidade alargada para uma sociabilidade restrita, de uma sociedade em que o público e o privado se confundem, para uma sociedade em que o privado se separa do público»¹.

A forma cultural do público refletia-se na organização política e administrativa do país, através do paradigma corporativo,

«o governo gravitava em torno de um pluralismo de poderes e de jurisdições (ordinária, eclesiástica, régia, privilegiada) em que cada polo (corpo, grupo ou estado, desde a

¹ SUBTIL, Carlos Louzada Lopes - A Saúde Pública e os Enfermeiros entre o Vin-tismo e a Regeneração, p. 55.

família, Igreja, comunidades locais, senhorios) era dotado de autonomia jurisdicional para produzir as suas próprias normas, para se governar e para se autocontrolar, sendo que, outras vezes, o controlo era feito através de redes de informação sobrepostas (visitadores, pregoeiros, notários, escriturais, denúncias, devassas). Tratava-se de uma sociedade molecular, onde se combinavam interesses, não por força de uma centralização do poder, mas por via do respeito mútuo dos direitos particulares (justiça)»².

A partir de meados do século XVIII, a este modelo corporativo opor-se-ia um modelo individualista, caracterizado por uma nova forma de governar baseada na ideia de um Estado intervencionista e centralizador das decisões que deviam promover a felicidade dos povos, ao arripio do modelo corporativo³. Os princípios doutrinários deste estado *de polícia* estavam reunidos no célebre *Traité de la Police*, de Nicolas Delamare⁴ que, em Portugal, tiveram expressão, depois do terramoto de 1755, na criação da Intendência Geral da Polícia.

18

No campo da saúde, foram o filósofo e professor Padre Luís António Verney e o médico Ribeiro Sanches quem melhor expressou estas novas ideias através das suas obras *O Verdadeiro Método de Estudar* (1746) e *Tratado de Conservação da Saúde dos Povos* (1756), respetivamente. Tanto estas obras como, mais tarde, o *Tratado de Polícia Médica* (1818), de José Pinheiro de Freitas Soares, terão tido uma forte influência em Bernardino António Gomes, embora este último tenha sido escrito já nos últimos tempos da sua vida. Aliás, entre Bernardino António Gomes e José Pinheiro de Freitas Soares terá havido, por certo, grande proximidade intelectual, doutrinária e profissional. Ambos foram membros

2 *Idem*, p. 56.

3 HESAPANHA, António Manuel - *Depois do Leviathan*.

4 DELAMARE, Nicolas - *Traité de la Police, où l'on trouvera l'Histoire de son établissement, les fonctions et les prérogatives de ses magistrats, toutes les loix et tous les règlements qui la concernent, etc.* Sobre este tema, cf. SUBTIL, C. L.; VIEIRA, M. - *Os Tratados de Polícia, fundadores da Moderna Saúde Pública* (1707-1856)

de três importantes instituições: a Junta de Saúde Pública, o principal órgão de governo da saúde pública da altura; a Academia Real das Ciências, que, a par da Universidade de Coimbra, esteve na vanguarda da difusão do conhecimento científico e de novos saberes; e a Instituição Vacínica, em cuja fundação se empenhou Bernardino António Gomes.

O modelo de governo e de administração da saúde pública

Para melhor compreender a rutura histórica que estava em curso, consideremos dois períodos: o primeiro, anterior ao nascimento de Bernardino António Gomes e que vai até 1755, refere-se à monarquia sustentada no paradigma corporativo; o segundo, posterior ao terramoto de Lisboa e que vai até às vésperas do Liberalismo (1755-1820), caracterizado pelo *estado de polícia*.

A assistência e a saúde durante a monarquia corporativa

Durante o primeiro período, os ofícios da saúde estavam organizados em dois grandes grupos: os empregados maiores, que incluíam médicos, cirurgiões e boticários, e os empregados menores, que incluíam enfermeiros, algebristas, cristaleiros e sangradores. Para além destes grupos, merecem uma referência especial as parteiras e as amas, que prestavam assistência no parto e às crianças expostas.

A Coroa tinha por principal função fazer o controlo e vigilância destes ofícios, o que quase sempre fez sem grande sucesso, por falta de recursos humanos e financeiros e pela deficiente rede de meios de comunicação no Reino. Para o exercício desta função de regulação dos ofícios da saúde dispunha de duas figuras de recorte político: o Físico-mor e o Cirurgião-mor.

A assistência aos pobres, doentes, desfavorecidos e excluídos era assegurada pelas confrarias, pelas misericórdias e seus hospitais e por uma rede municipal de «médicos de partido». Sob a gestão da Coroa estavam apenas o principal hospital do Reino, o Hospital de Todos-os-Santos, o Hospital Termal das Caldas e, mais tarde, o Hospital Real de Santo António, no Porto.

Para coordenar o trabalho de combate às epidemias - um dos principais problemas de saúde pública da época -, a Coroa instituiu o cargo de Provedor-mor da Saúde, para a fiscalização dos portos de mar e fronteiras terrestres.

Os médicos formados pela Universidade de Coimbra eram poucos e insuficientes para as necessidades. Para se suprir a carência em médicos, usou-se a estratégia de conceder cartas profissionais àqueles que, mediante exame perante o Físico-mor, demonstrassem estar preparados para o exercício da medicina. Esta forma de acreditação nem sempre foi eficaz nem impediu que muitos charlatães e curiosos exercessem o ofício sem qualquer formação e certificação, apesar de este processo ter vindo a ser reformulado e atualizado ao longo dos tempos.

No limite, nos lugares onde não houvesse físicos examinados e aprovados, admitia-se que os «homens e mulheres, que pela ventura curem algumas infirmitades por experiencia» podiam requerer exame ao Físico-mor, desde que trouxessem certidões ou cartas dos concelhos assinadas pelos oficiais camarários. Noutras situações, devido à grande carência desses profissionais sentida pelos municípios, eram os próprios concelhos a requererem o exame dos seus «físicos», desde que estes tivessem adquirido alguma reputação. Os candidatos que se submetiam a exame eram, pois, indivíduos cujo saber era experiencial, feito em família, transmitido pelos pais e avós, que se constituíam como mestres.

Havia, portanto, três tipos de médicos: os (poucos) médicos licenciados pela Universidade de Coimbra, os médicos licenciados pelo Físico-mor, que exerciam nas grandes vilas e cidades, e os médicos licenciados para curar só determinadas enfermidades, nos lugares mais distantes e menos povoados.

Pelas Ordenações Filipinas (1603)⁵, e em legislação posterior, foram sendo tomadas medidas no sentido de recensear e verificar as cartas dos vários profissionais, desde os físicos às parteiras, com a aplicação de coimas aos prevaricadores. Para tornar mais eficaz a ação do Físico-mor, acabaria por ser criada uma rede de colaboradores, através de uma Provisão do Desembargo do Paço, de

5 ORDENAÇÕES Filipinas: dos Corregedores das Comarcas: Livro I, Título LVIII parágrafo 33.

17 de agosto de 1740, estabelecendo comissários de Físico-mor em todas as comarcas do Reino. Note-se que esta rede já existia mas era constituída, não por profissionais da saúde, mas por oficiais régios que exerciam a magistratura. De igual modo, o Cirurgiãomor legitimava o exercício profissional dos cirurgiões e, a partir de 1631⁶, o Regimento dava-lhe a prerrogativa de examinar sangradores, dentistas e parteiras, competência que lhe foi atribuída até à criação da Junta do Protomedicato.

Detenhamo-nos nos médicos de «partido». Foi nesta qualidade que o pai de Bernardino António Gomes exerceu em Paredes de Coura e o próprio iniciou a sua carreira, em Aveiro.

Este tipo de médicos teve uma enorme importância no sistema assistencial. Tendo ordenado fixo, eram contratados para prestar assistência gratuita a grupos específicos de pessoas (v.g., pobres, expostos, amas) ou instituições (v.g., Casa Real, Casa da Suplicação, municípios). O seu salário era pago pela vereação, mas estava sujeito a consulta do Desembargo do Paço e a despacho régio. A Coroa chegava mesmo a abdicar de parte das sisas e das fintas para que o município pudesse pagar os ordenados e não ficasse sem médico da terra⁷. Fora isso, estes físicos exerciam clínica privada, cobrando honorários por si estabelecidos. Muitos deles, e boticários também, eram bolseiros que iam frequentar os seus cursos para a Universidade de Coimbra, à custa de impostos arrecadados pelos municípios.

O Provedor-mor, a que já fizemos referência, para além do papel de controlo de entradas e saídas pelos portos e fronteiras e da fiscalização das medidas de quarentena, superintendia em tudo o que dissesse respeito à saúde pública, nomeadamente nas medidas de prevenção das epidemias e de repressão à mendicidade e vadiagem.

Por Decreto de 15 de dezembro de 1707, também ficaram entregues à sua guarda a inspeção e fiscalização de outros assuntos de polícia médica, tais como a inspeção da venda de géneros alimentícios e das fábricas de curtumes, o policiamento das ruas da cidade e o exame de bebidas espirituosas. Por Portaria de 28 de agosto de

6 SOUSA, José R. M. - *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, p. 343-349.

7 SUBTIL, Carlos Louzada Lopes - *op. cit.*, p. 80.

1813, este cargo foi extinto, dando lugar à Junta de Saúde da qual viria a fazer parte Bernardino António Gomes.

Pelos regimentos de 1693, o combate às epidemias passou a contar com um provedor de saúde em cada vila ou cidade, cuja função estava atribuída ao município, nas pessoas do vereador do pelouro da saúde e de um almotacé, oficial sanitário. Era da sua competência encerrar casas, mandar queimar roupas, isolar doentes, recrutar médicos e boticários e escolher um lugar fora da povoação para erguer uma Casa de Saúde, tendo ao seu serviço físicos, cirurgiões e sangradores e uma botica própria⁸, para internar todos os doentes contagiosos ou suspeitos de contágio.

Nas freguesias, havia *cabeças de saúde*, «homens honrados» que deviam auxiliar o provedor nas tarefas de prevenção e vigilância da higiene das casas, da limpeza das ruas e dos enterros.

O movimento confraternal teve as suas raízes na Idade Média, recebendo um forte impulso depois do Concílio de Trento (1545-1563), com a chamada dos leigos à participação ativa na vida da Igreja e o aprofundamento da crença religiosa no Purgatório que desencadearia um crescimento exponencial de legados pios para a fundação de sufrágios da alma⁹.

As obras de caridade e misericórdia praticadas pelas confrarias¹⁰ traduziam-se em «dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, dar abrigo aos peregrinos, visitar os presos e os doentes, vestir quem não tem roupa e enterrar os mortos»¹¹. As confrarias estavam, portanto, associadas às manifestações de piedade

8 *Idem*, p. 85-86.

9 Muito do aqui será dito segue de perto as obras de Laurinda Abreu, Maria Antónia Lopes e Isabel dos Guimarães Sá. Para os detalhes evolutivos dos hospitais anexos às misericórdias, ver o caso de Setúbal estudado por ABREU, Laurinda – *Memórias da Alma e do Corpo, a Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Para além de servir para um enquadramento geral, traça pormenores da vida quotidiana destas organizações, em especial no que se refere aos hospitais da Anunciada e da Misericórdia.

10 Para uma síntese do movimento confraternal neste período e sobre o ambiente de conflitualidade entre as confrarias e os restantes poderes locais, ver SÁ, Isabel dos Guimarães – *As Confrarias e as Misericórdias*, p. 55-60.

11 ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger – *História da Vida Privada, do Renascimento ao Século das Luzes*, p. 97.

e devoção, à instituição de missas, sermões, responsos e outros meios de salvação da alma dos seus fundadores e familiares ou das almas do Purgatório. A partir do século XVIII, os mendigos e os pobres passaram a deixar de ser legendas para a prática religiosa da salvação para serem considerados pelo Estado como elementos perigosos e marginais que era necessário isolar da sociedade.

Algumas confrarias, continuando a ter por pano de fundo esta dimensão religiosa, acabaram por se dedicar à assistência e à fundação de hospitais, acabando por cobrir as carências não resolvidas pela Coroa nem pelos municípios na assistência aos pobres e desvalidos, na limpeza dos espaços públicos, no abastecimento de águas, no assegurar da qualidade do ar e dos alimentos e no disciplinar dos enterros nas igrejas¹². Foi assim que muitos fundos que eram destinados ao culto, passaram a ser orientados e aplicados nas despesas com os hospitais¹³. Depois do Concílio de Trento, as confrarias passaram a dividir-se em eclesiásticas e laicas, destacando-se, destas segundas, as misericórdias.

Com a rainha D. Leonor seria fundada a primeira misericórdia, a Misericórdia de Lisboa (1498), cujo modelo serviu de exemplo para a criação de quantas se lhe seguiram. Ao longo dos reinados de D. Manuel I, D. João III, do período filipino, entre a Restauração e 1750, desde Pombal até ao final da guerra civil entre liberais e absolutistas (1834), foi implementada uma extensa rede de misericórdias que cobriu praticamente todas as necessidades dos concelhos com mais população.

Embora nunca deixassem de cumprir com as obras de natureza espiritual, as misericórdias com hospitais anexos passaram a privilegiar o tratamento dos hospitalizados, a distribuição de dotes às raparigas pobres, o internamento de mulheres abandonadas,

12 Tudo porque as câmaras, em especial, os almotacés (Ordenações Filipinas, Livro I, Título X), não cuidavam das condições de higiene e sanitárias, de ruas cheias de “esterços e imundícies”, dos animais que por todo o lado propagavam doenças. Cf. SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o Rico se faz Pobre*.

13 SÁ, Isabel dos Guimarães - *As Confrarias e as Misericórdias*, p. 55-60 e em *A Assistência: as Misericórdias e os Poderes Locais*, p. 136-143. Mais recentemente, ver, também, SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia - *História Breve das Misericórdias (1498-2000)* e LOPES, Maria Antónia - *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*.

a visita aos presos, o acompanhamento domiciliário de doentes em sofrimento, a organização de funerais gratuitos para os mais pobres e o tratamento dos militares feridos e doentes, através de contratos que estabeleciam com a Coroa. Também recolhiam mulheres em dificuldade, davam apoio às viúvas e, embora pertencesse às câmaras fazê-lo, asseguravam a criação de enjeitados e órfãos e o pagamento às amas. Socorriam igualmente os viajantes e asseguravam um serviço de transporte dos doentes para os hospitais (cadeirinha), sustentavam róis de entrevados e pobres (os visitados) e mulheres merceeiras, que recebiam vários tipos de socorro.

24

De todas as funções exercidas pelas Misericórdias, as que diziam respeito à saúde eram as mais importantes, na medida em que permitiam a assistência aos pobres nos hospitais, as visitas domiciliárias pelos «mordomos visitadores» e a entrega gratuita de remédios que produziam nas suas boticas. Eram, pois, instituições de enorme valor social e, por via disso, espaço de disputa por lugares nas suas mesas, como forma de adquirir prestígio social e conquistar um lugar na carreira política. Este poder, que foi aumentando à medida que as misericórdias se foram consolidando, conferiu-lhes tal estatuto que logo surgiram conflitos entre estas e os magistrados régios ou as autoridades religiosas ou os municípios, por causa do incumprimento destes dois últimos em relação à assistência aos mais pobres ou ao pagamento às amas dos expostos ou, com os primeiros, quanto a desentendimentos relativos ao andamento de processos judiciais dos presos.

Quanto aos hospitais, «eram instituições de caridade, pois só os pobres pediam o internamento, isto é, aqueles que não tinham meios para pagar a visita médica domiciliária, para comprar medicamentos e as imprescindíveis galinhas»¹⁴. O hospital não apresentava grandes vantagens sobre o tratamento aplicado em casa dos mais abastados, onde era possível confeccionar dietas ricas em carne e caldos de galinha, ter a assistência da família e de criados, ter a facilidade de comprar mezinhas aviadas nas boticas e, eventualmente, fazer sangrias ou clisteres aplicadas pelos cirurgiões, barbeiros ou cristaleiros.

14 LOPES, Maria Antónia - *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*, p. 69.

Para os pobres, o hospital era um último recurso, sob pena de terem de pedir esmola. A «cura» não correspondia a nenhuma doença, mas, sobretudo, à melhoria do estado de nutrição, higiene e amparo, devido à alimentação, cuidados de higiene e repouso de que usufruíam.

Na maioria dos hospitais era prática não se prescreverem medicamentos, até se verificar a reação dos «doentes» ao descanso e alimentação e, só no caso de se manterem os sintomas de debilidade, se admitia que podiam, de facto, estar enfermos e necessitar de uma terapia¹⁵.

A partir do final do século XVI, eliminaram-se ou reuniram-se muitos dos hospitais pequenos e procedeu-se ao alargamento e melhoramento dos hospitais das misericórdias nos concelhos. O processo iniciou-se em Lisboa, com a fusão de pequenas unidades hospitalares (1492) no Hospital de Todos os Santos, o qual passou a agregar 43 hospitais da cidade e arredores.

Depois de D. João III, a incorporação dos hospitais nas misericórdias disparou, tendo como consequência a transformação das misericórdias nas instituições mais poderosas e interventivas no campo da saúde, o que fez com que acabassem, também, por controlar e influenciar a rede das boticas.

A grande maioria destes hospitais tinham instalações pequenas, reduzidas a um ou dois quartos, um para a hospitaleira e outro para «nelle se recolherem e dormirem alguns pobres»¹⁶, isto é, uma utilização que tinha por destino alimentar e acomodar os desgraçados e, sobretudo, garantir serviços religiosos (missas, confissões e extrema-unções) que pudessem ajudar os internados (mendigos, peregrinos e viajantes) a entrar no Reino dos Céus, uma vez que a doença era vista como uma etapa no caminho da morte e, por isso, os cuidados com a alma superavam os cuidados com o corpo.

15 Existe, porém, uma exceção, que é a do Hospital de Todos os Santos, em cujo regimento se ilustra a transformação do hospital como «instituição de caridade» em hospital como local de tratamento e cura dos doentes.

16 ABREU, Laurinda - *Memórias da Alma e do Corpo: a Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, p. 123. Também, de SÁ, Isabel dos Guimarães – *Os Hospitais Portugueses entre a Assistência Medieval e a Intensificação dos Cuidados Médicos no Período Moderno*, p. 87-103.

A saúde pública nos alvares do Liberalismo

No segundo período que consideramos, a partir de 1755 até à Revolução Liberal de 1820, três anos antes da morte de Bernardino António Gomes, as instituições que incorporaram a doutrina do *estado de polícia* e a materializaram foram a Intendência Geral da Polícia, a Junta do Protomedicato e a Junta de Saúde Pública, à qual pertenceu Bernardino António Gomes.

A nível dos serviços centrais e do comando político do setor da saúde, a instabilidade foi permanente, isto é, o Físico-mor e o Cirurgião-mor viriam a ser substituídas por uma junta, a Junta do Protomedicato, que acabou por ter uma vida relativamente efémera – 25 anos – pois foi extinta em 1809, depois das Invasões Francesas e da retirada da Corte para o Rio de Janeiro, tendo sido restaurados os antigos cargos de Físico-mor e de Cirurgião-mor, que, por sua vez, foram definitivamente extintos em 1813, dando lugar à Junta de Saúde Pública, que durou até à Revolução de 1820.

26

Tendo sido criada em 25 de Junho de 1760, por iniciativa do futuro Marquês de Pombal, a Intendência Geral da Polícia foi a instituição que, na fase final do Antigo Regime, mais interveio nas questões da saúde pública, de forma determinante e inovadora.

Com a tomada de posse de Pina Manique (1780), a jurisdição da intendência sobre a cidade de Lisboa e as comarcas foi ampliada, nomeadamente sobre a salubridade das fontes, das ruas e o melhoramento da higiene.

Uma das iniciativas mais emblemáticas da Intendência Geral da Polícia foi a criação da Real Casa Pia, que tinha por objetivo o combate à marginalidade como consequência da pequena criminalidade, ociosidade e falta de instrução. Intervinha, igualmente, no recolhimento de crianças abandonadas ou em dificuldades familiares.

Segundo o projeto de Diogo Inácio Pina Manique, o modelo da Real Casa Pia de Lisboa, depois de aperfeiçoado, devia ser replicado em todas as comarcas, formando uma rede de apoio social do Estado em substituição das tradicionais instituições de caridade dependentes da Igreja e das oligarquias locais.

Ao arrepio da autoridade da Junta do Protomedicato, a Intendência Geral da Polícia intrometeu-se em diversos assuntos

da saúde pública. Fiscalizava a produção, distribuição e comercialização de víveres, controlava a mobilidade de pessoas, exercia a vigilância sobre concubinas e mancebos, inspecionava a qualidade dos edifícios, intervinha nos casos de epidemias, febres e nos bairros de prostituição, promovia a vacinação contra a varíola e o uso do leite de cabra e de vaca para alimentar os expostos e, inclusive, vigiava o desempenho profissional dos médicos.

Como o Físico-mor e o Cirurgião-mor não estavam a cumprir o objetivo de regular as profissões da saúde e como, por outro lado, mantinham uma permanente litigiosidade com a Universidade de Coimbra e o Hospital de Todos os Santos, D. Maria I criou, em sua substituição, através da Lei de 17 de Julho de 1782, a Junta do Protomedicato a que nos referimos.

Um dos documentos mais importantes que a Junta do Protomedicato produziu foi o alvará que definia, pela primeira vez em Portugal, a Farmacopeia Geral do Reino^{17, 18}. Em 1799, foi elevada à categoria de tribunal régio¹⁹, passando a usufruir das competências de um tribunal independente. Já com este novo estatuto, elaborou o «Plano de Exames dos Médicos e Cirurgiões Estrangeiros ou de Nacionais que estudaram em Universidades Estrangeiras», mas, na verdade, este plano abrangia todos os exames realizados a médicos, cirurgiões, boticários, droguistas, químicos e destiladores²⁰. Contudo, esta junta acabaria por ser extinta devido às suas fragilidades e problemas de afirmação política, quer interna quer externamente.

Já depois de a Corte ter ido residir para o Rio de Janeiro, retomou-se a velha fórmula dos cargos de Físico-mor e Cirurgião-mor, para regular as profissões da saúde, e criou-se a Junta de Saúde Pública, para prevenir e resolver o problema das epidemias e contágios. Dela fizeram parte eminentes médicos (José Pinheiro de Freitas Soares, Joaquim Xavier da Silva e Bernardino António Gomes),

17 ALVARÁ de 3 de Março de 1795, in SILVA, António Delgado - Suplemento á Collecção de Legislação Portuguesa: Anno de 1791 a 1820, p. 58-83.

18 Para um estudo mais detalhado sobre o assunto, consultar PITA, João Rui - *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1771-1836)*, p. 171-176.

19 ANNAES do Conselho de Saude Publica do Reino, p. 27.

20 AVISO da Junta em 23 de Maio de 1800, in SILVA, António Delgado da - Suplemento á Collecção de Legislação Portuguesa: Anno de 1791 a 1820, p. 193-202.

magistrados (Luís António Rebello da Silva e António Maurício Mascarenhas de Mansellos), nobres (o Marquês de Tancos, Duarte Manuel de Meneses e Noronha) e oficiais régios.

O aparecimento e a forma como atuou a Junta, entre 1813 e 1820, possibilitaram inovações políticas e científicas no combate à peste e outras doenças contagiosas²¹. Do ponto de vista organizativo, a inovação consistiu em aglutinar num só núcleo de poder as várias autoridades sanitárias dispersas pelo território, copiando o modelo pombalino da Intendência Geral da Polícia. A Junta de Saúde Pública passou a ter jurisdição de âmbito nacional, cobrindo todo o território do Reino e, com a criação do cargo de Inspetor do Ramo da Saúde, no interior da própria junta, tornou-se ainda mais célere a capacidade de decisão, uma vez que o inspetor passava a poder despachar diretamente com o secretário de Estado, sem estar sujeito às deliberações tomadas na mesa da Junta.

Os membros da Junta eram médicos, sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa, a mais importante das instituições de produção de saber que alguma vez tinha existido em Portugal e onde tiveram assento reformistas políticos, teóricos da economia, cientistas de diversas áreas e clérigos de grande mérito, todos pontificando com trabalhos de grande alcance e atualidade científica, para além das ligações internacionais que mantinham com outras academias estrangeiras o que lhes permitia estarem ao corrente do que de melhor se fazia e pensava na Europa, no domínio da prevenção e combate às doenças contagiosas²².

A principal missão da Junta consistiu em dar cumprimento às regras e medidas sanitárias, nos portos de mar e fronteiras terrestres, implementando novas medidas e técnicas, tais como a vigilância e a desinfeção da correspondência, a implantação dos lazaretos e o controlo da navegabilidade do Tejo, para evitar o desenvolvimento de qualquer epidemia. A junta passou, também, a fazer «Mappas Necrologicos dos Óbitos» e a controlar os enterros²³.

21 SUBTIL, Carlos Louzada Lopes - op. cit., p. 118.

22 *Idem*, p. 120.

23 PORTARIA de 9 de Agosto de 1814, in SILVA, Antonio Delgado da - *Collecção da Legislação Portuguesa: desde a última compilação das Ordenações: Legislação de 1811 a 1820*, p. 316-317.

No entanto, não interferiu na polícia sanitária das cidades, vilas e aldeias, no melhoramento das prisões e hospitais nem na construção de cemitérios fora das igrejas, competências que estavam adstritas à Intendência Geral da Polícia e às câmaras municipais.

Perante o fervilhar das ideias liberais, o país carecia de reformas políticas e a Revolução de 1820 viria extinguir a Junta de Saúde, substituindo-a pela Comissão de Saúde Pública.

O estado da arte médica: da medicina hipocrático-galénica à modernidade

O século XVIII, o Século das Luzes, como ficaria conhecido na História do mundo ocidental, foi um dos períodos mais profícuos da história das ideias, da cultura e da dogmática política. Nele se desenvolveram e alicerçaram os programas revolucionários que dariam origem à Revolução Francesa (1789) e as que se lhe seguiram por toda a Europa, implantando regimes constitucionais de tipo liberal com as conseqüentes transformações nos mais variados campos de intervenção do poder público, incluindo o da administração da saúde.

29

Segundo Michel Foucault²⁴, na passagem do Antigo Regime para a contemporaneidade, assistiu-se a uma crescente intervenção por parte do aparelho de Estado no sentido de dar resposta ao significativo aumento demográfico e, conseqüentemente, à emergência da população como uma nova entidade.

Nesta nosopolítica foram evidentes novas práticas no domínio da saúde pública, na regulação do exercício das várias profissões e na redefinição dos objetivos dos hospitais e, conseqüentemente, na sua reorganização. Foi assim que a «medicalização» da vida familiar, o interesse e investimento na infância²⁵, os filhos ilegítimos e os expostos passaram a ser novas preocupações. As estratégias de prevenção das doenças contagiosas e das epidemias passaram a incluir medidas de higiene das habitações, de organização urbana, de construção de cemitérios e de políticas de vacinação.

24 FOUCAULT, Michel - *Microfísica do Poder*.

25 ARIÈS, Philippe - *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*.

Este foi o período de confronto entre o pensamento hipocrático-galénico - até aí dominante - e as novas ideias, defensoras, por exemplo, da introdução das vacinas, da abolição dos espartilhos no vestuário feminino ou da aplicação dos princípios da física e da mecânica na busca da explicação para algumas doenças.

O estado da arte médica pouco teria evoluído em relação ao tempo em que Gil Vicente, no princípio do século XVI, tinha caricaturado o conhecimento e as práticas de curar, em *A Farsa dos Físicos*²⁶.

Uma década antes do nascimento de Bernardino António Gomes, José Acúrcio de Tavares, pseudónimo de Bento Morganti, escritor português nascido em Roma e filho de pais portugueses, tinha publicado *Sustos da Vida nos Perigos da Cura*, sob a forma de uma carta enviada a um amigo, onde também caricaturava de forma mordaz a medicina praticada na época²⁷.

Para descrever essas práticas, tomemos o exemplo de um dos tratados médicos mais significativos da época, *Luz de Medicina, Pratica Racional e Metódica, Guia de Enfermeiros* (1664)²⁸, da autoria de Morato Roma. Como à data da primeira edição ainda não tinham sido elaboradas as teorias acerca da iatromecânica (Boerhaave, 1708), ou a teoria do animismo (Georg Stahl, 1707), e tendo em conta que, aquando da quarta edição, em 1753, esta obra continuava a defender os pressupostos das teorias de Hipócrates e Galeno, podemos deduzir que Morato Roma seria um daqueles “velhos médicos” a quem, em Portugal, já outros se opunham, como Luis Verney, que pugnava por um novo ensino da medicina.

Nesta obra de 1664 é indicado o remédio para as mais variadas situações, desde a sarna, as lêndeadas e a queda de cabelo, a anúria e a

30

26 VICENTE, Gil; CARLOS, João; BRITO, Alberto da Rocha - *Auto chamado Farsa dos Físicos de Gil Vicente, com um Estudo do Prof. Doutor A. da Rocha Brito e Desenhos de João Carlos*.

27 MORGANTI, Bento - *Sustos da Vida nos Perigos da Cura ou Carta que hum Amigo Escreveo a outro, Estando Convalescendo, depois de uma Enfermidade*. A esta publicação seguiu-se uma outra, na semana seguinte, do mesmo autor, sob o título *Juízo Verdadeiro sobre a Carta Contra os Medicos, Cirurgioens, e Boticarios* onde o autor se refere às mesmas práticas, mas de forma mais refinada e mordaz.

28 Acerca desta obra, seguimos de perto SUBTIL, Carlos Louzada Lopes - *op. cit.*, p. 135-140.

poliúria, gota, fístulas, verrugas, queimaduras e frieiras, remédios para o timpanismo, as hemorroidas e para vários tipos de feridas. Para Morato Roma, o corpo humano é obra de Deus, que «conhecendo a fraqueza da natureza humana tão sojeita a misérias, e achaques, creou a Medicina»,²⁹ ciência que teria por objetivo conservar ou restituir a saúde que se perde ou ganha por obra da natureza ou da arte médica. As doenças «leves» resolver-se-iam apenas com a intervenção da natureza, sem ser necessário remédios ou a intervenção médica; para as «graves» era necessária a intervenção da medicina, coadjuvada pela Farmácia. O método racional consistia no conhecimento que sustentava o ato médico, isto é, «saber o que são cousas naturais, não-naturais, preternaturais», conhecer «as doenças, suas causas e os acidentes que se lhes sobrevêm», conhecer os remédios medicinais, suas qualidades e quantidades, aplicações, forma e horário de administração e, finalmente, saber ainda «por onde se eliminam as causas da doença»³⁰.

O médico era, então, um artífice cujo ofício consistia em combater as doenças curáveis, quer ajudando a natureza a intervir, quer, noutros casos, intervindo ele próprio para corrigir «membros deslocados fora do seu lugar» ou «ajuntar os lábios e roturas das feridas». No caso das doenças incuráveis, nada mais havia a fazer senão «deixá-las com bom regimento», isto é, paliar a situação³¹.

A «prática racional e metódica» dividia-se em três partes: a dietética, a farmacêutica e a cirúrgica, sendo a primeira a mais necessária para conservar e restituir a saúde aos enfermos. A dieta era uma prescrição que fazia parte, juntamente com os demais remédios, da cura dos enfermos. Os alimentos cumpriam duas funções: a de alimento propriamente dito e a de medicamento. Uns eram de fácil digestão, outros não. Deviam respeitar-se não só as quantidades como o horário das refeições.

As bebidas tinham três funções: delir os alimentos, ajudar à digestão ou saciar a sede. A água não era considerada um alimento. Havia bebidas que eram consideradas medicinais (cozimentos,

29 ROMA, Francisco Morato - *Luz da Medicina, Pratica Racional, e Methodica, Guia de Enfermeiros*, p. 2.

30 *Ibidem*.

31 *Ibidem*.

sumos de ervas destiladas e xaropes) e outras alimentícias, tais como o vinho, o leite e os caldos.

A cura das doenças fazia-se pela aplicação ordenada de três elementos: a dieta, a purga e a sangria. A dieta, juntamente com as demais «seis cousas não naturais» (exercício, repouso, «o ar que se respira», as «paixões da alma», as evacuações e as «retenções» quotidianas), eram o suficiente para tratar os achaques, sem purgar, nem sangrar. Purgar e sangrar, raramente se faziam ao mesmo tempo. Raro era o caso de cirurgia em que se não purgava e o de febre em que não se sangrasse.

A cura também se fazia através de medicamentos, ferro ou fogo. Os medicamentos podiam ser interiores e exteriores. Os medicamentos interiores podiam ser líquidos (bebíveis, tais como purgas, xaropes, bocados e pílulas ou introduzidos por meio de clisteres, no ventre, na bexiga ou na madre) ou sólidos, as mechas. Os medicamentos exteriores eram os banhos gerais ou parciais, as emborcações (banhos de meio corpo), os lavatórios, as unturas, os emplastros e outros que se aplicavam às partes externas. As curas com ferro consistiam em sangrias, mas também na extirpação de “carne podre ou sobeja”, que se fazia com a navalha, as pressões que se faziam com a lanceta, ou as sarjaduras (escarificações) e costuras das feridas simples, que se faziam com agulhas. O fogo era usado para furar apostemas (abcessos) ou abrir as “fontes e sedenhos”, onde se introduziam fios ou mechas para impedir que as feridas fechassem antes de ficar limpas.

32

Numa outra parte da obra, abordam-se matérias diversas, tais como: o uso da água nos casos de febre, os casos de proibição ou de prescrição de vinho aos doentes, as situações em que se deve provocar o sono ou impedi-lo, aquelas em que está recomendado o exercício ou o repouso, as paixões da alma ou os movimentos de ânimo, o ato venéreo e as vantagens e desvantagens da retenção intempestiva da «semente» e, finalmente, o ar que se respira.

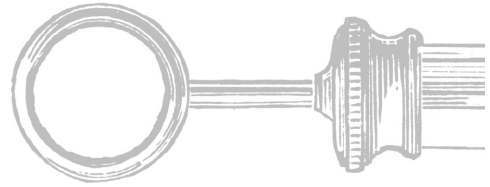
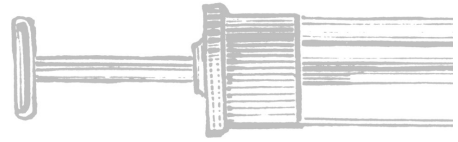
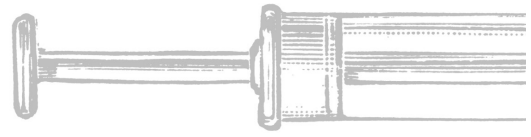
Morato Roma denunciava o estado miserável em que se encontrava a Medicina porque a maior parte dos médicos faziam da profissão uma fonte de lucro, exercendo-a mesmo antes de aprenderem o ofício. Por isso, defendia que seria necessário retomar a lei

que obrigava a «andar dois anos à prática com os médicos doutos e experimentados»³².

Toda a sua obra é atravessada pela ideia de ser preciso divulgar conhecimentos médicos essenciais para que enfermeiros, principiantes e pais de família pudessem acudir a algumas situações na ausência de médicos - que escasseavam - e minimizar os efeitos da prática frequente e incontrolada de charlatões e ignorantes, que, ao pôr em prática alguns dos remédios mais drásticos - purgas e sangrias -, punham em risco a vida dos doentes. Este médico já perscrutava o futuro em termos de prevenção, mas tinha ainda uma conceção divina do homem e da Medicina e era conservador quanto ao conhecimento que dava por adquirido e sagrado, pertença dos divinos mestres.

Na verdade, o conhecimento dominante estava assente no pensamento hipocrático-galénico contido em duas teorias fundamentais: a teoria da divisão do corpo humano à imagem e semelhança da divisão do “mundo grande” e a teoria da composição do mundo elementar (corpos simples e compostos) que era semelhante à composição do mundo pequeno (corpo humano animado), onde se incluía a teoria dos quatro humores. É neste pensamento que se consubstanciavam todas as prescrições. Embora já se fizesse sentir o eco das novidades que ocorriam pela Europa, ainda se estava longe de aplicar os conhecimentos da química e da física à medicina e de aceitar os benefícios da inoculação antivariólica.

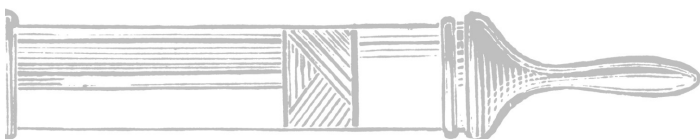
32 *Ibidem*.





II PARTE

ORIGEM, DADOS BIOGRÁFICOS E ASPETOS DA VIDA FAMILIAR DE BERNARDINO ANTÓNIO GOMES



Bernardino António Gomes³³, filho do Doutor José Manuel Gomes e de Josefa Maria Clara de Sousa, naturais de Coimbra, nasceu a 29 de outubro de 1768, tendo sido batizado a 3 de novembro do mesmo ano, na freguesia de Santa Maria de Paredes, pelo abade João Bento de Brito Araújo e Castro³⁴ (Figura 1).

35

33 O registo de nascimento de Bernardino António Gomes encontra-se a fls 72 do livro de batizados da Igreja de Santa Maria de Paredes (Orago de Santa Maria), conforme MACHADO, Virgílio - *O Doutor Bernardino António Gomes (1768-1823)*, p. 7.

Há duas discrepâncias na genealogia de Bernardino António Gomes. A primeira refere-se à ordem de nascimento dos seus irmãos. Seguimos a ordem referida por Jofre Monteiro Alves, enquanto Virgílio Machado omite o nascimento de Francisca e refere João e António como tendo nascido antes de Bernardino (ver *op.cit.*, p. 7). Quanto à prole de Bernardino António Gomes, Jofre Monteiro Alves refere que teve cinco filhos: Bernardino José (falecido em tenra idade), Henriqueta Leonor, Bernardino António Gomes, Custódio Manuel e António Maria; Virgílio Machado, nomeia seis filhos, tendo falecido, para além do filho referido por Jofre Alves, um outro filho de tenra idade (*op. cit.*, p. 9).

34 Sobre a naturalidade de Bernardino António Gomes foram consultados: SILVA, Innocencio Francisco da; ARANHA, Brito - *Diccionario Bibliographico Portuguez*,

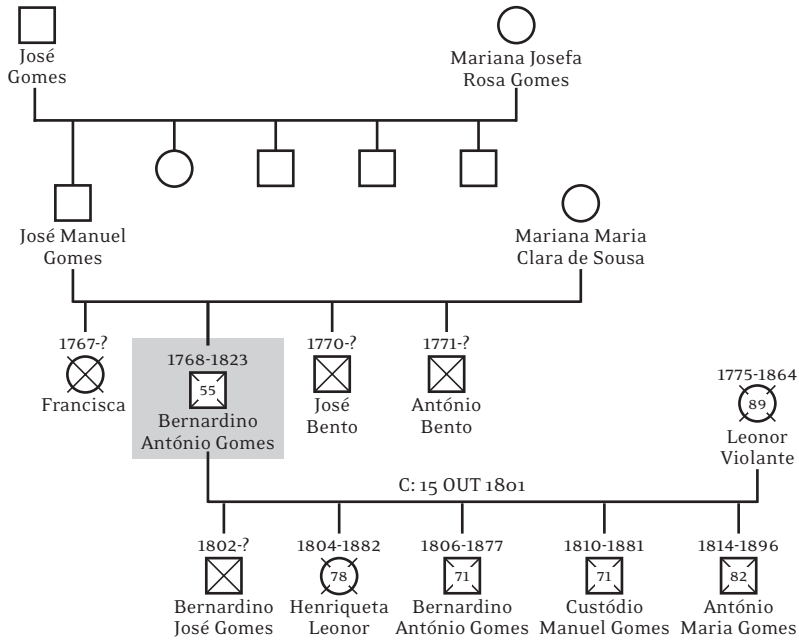


Figura 1—Genograma da família de Bernardino António Gomes

MACHADO, Virgílio - O Doutor Bernardino António Gomes;
 CUNHA, Narcizo Cândido Alves da - *No Alto Minho, Paredes de Coura*;
 Blogue “Escavar em ruínas” (consultado em outubro de 2009), da autoria de Jofre Monteiro Alves, que o desativou em virtude de vários plágios dos seus artigos de história, genealogia e etnografia aí publicados.
 Todos referem S. Maria de Paredes como local de nascimento, embora Silva & Aranha incluam esta freguesia no concelho de Arcos de Valdevez.
 De acordo com Virgílio Machado, o texto do assento de batismo é o seguinte: “Bernardino, filho legítimo do Doutor José Manuel Gomes e de sua mulher Josefa Maria Clara, naturais de Coimbra, neto paterno de José Gomes e de sua mulher Mariana Josefa Rosa e materno de José Coimbra e de sua mulher Lara Maria, todos da cidade de Coimbra, que nasceu aos vinte e nove de Outubro de mil setecentos e sessenta e oito e foi batizado solenemente por mim, João Bento de Brito Araújo e Castro, abade desta freguesia, aos três de Novembro da mesma era supra e lhe li os exorcismos e lhe pus os santos óleos e foram padrinhos Bernardino de Castro Barreto e Menezes e sua mulher Dona Maria e, com sua procuração, seu filho António de Castro e forão testemunhas António Pereira da Cunha, Sebastião Pereira da Cunha e Francisco José Pereira de Castro. E por verdade fiz este termo que assigno e testemunhas, dia anno e mês et supra” (1925, p. 7-8).

Tal como Virgílio Machado, Narciso Alves da Cunha³⁵ também refere Paredes de Coura como local de nascimento. Contudo, há outros autores como José Augusto Vieira³⁶ e o próprio filho de Bernardino António Gomes, homónimo, que dizem ter nascido em Arcos de Valdevez.

A *Revista Popular* (1850)³⁷ também lhe atribui a naturalidade em Arcos, comarca de Viana. Os autores esclarecem que apenas apresentam uma notícia biográfica resumida e que o elogio histórico de Bernardino António Gomes iria ser feito, tanto quanto sabiam, pelo seu filho. Em 1957, apareceu, de facto, a memória *Notícia sobre a Vida e Trabalhos Científicos do Médico Bernardino António Gomes*³⁸, composta na Tipografia da Academia e sem indicação de autor, que, seguramente, era o seu filho, porque manifestava ter tido a sorte de «herdar a memória de um nome que ficou respeitosa-mente impresso na lembrança de quantos conheceram o varão que o transmitiu». A autoria deste trabalho viria a ser confirmada numa nota bibliográfica inserta em *O Instituto*³⁹, jornal científico e literário onde se diz que aquele trabalho era um «tributo filial pago a uma memória cara e veneranda».

Seu pai tinha sido um «modestíssimo» médico municipal no concelho de Paredes de Coura, entre 1766 e 1772, onde nasceram todos os seus filhos. Doutor em Medicina aos 25 anos (1793), Bernardino António Gomes exerceu em Aveiro, primeiro como médico municipal interino (1793-1795) e, depois, como médico do partido municipal, até janeiro de 1797.

37

35 CUNHA, Narciso Cândido Alves da - *No Alto Minho, Paredes de Coura*.

36 MACHADO, Virgílio, *op. cit.*, p. 8.

37 *A Revista Popular* foi um semanário de «literatura, ciência e indústria» cujos editores eram Joaquim Henrique Fradesso da Silveira, José Maria Latino Coelho, Francisco Pereira de Almeida e Augusto José Gonçalves Lima. Cada número iniciava sempre com uma imagem alusiva a uma notícia de relevo ou monumento e, frequentemente, a figuras ilustres das quais era feita uma nota biográfica e respetivo elogio. O elogio de Bernardino António Gomes é feito no número 49, de 1850, p. 387.

38 *NOTÍCIA da Vida e Trabalhos Científicos do Médico Bernardino António Gomes*, p. 4.

39 *O Instituto*, jornal científico e litterario, p. 70-71.

É o próprio filho que nos esclarece acerca da mudança de rumo da carreira do seu pai ao referir que, desde o princípio, este dava mostras de cultivar mais a ciência e a investigação do que a prática da medicina e, nesse sentido, a província era demasiado acanhada para as suas ambições. Daí, a ida para a capital, onde, pouco tempo depois de chegar, foi nomeado capitão-de-fragata, como médico da Armada.

Em 1801, regressado de uma missão no Brasil, casou com Leonor Violante Rosa Mourão, viúva e sete anos mais nova. Leonor Violante tinha casado aos 19 anos e enviuvado em 1799, com 24 anos.

Em 1805, já com dois filhos, a esposa saiu de casa e recolheu-se numa moradia no Campo Grande, por alegado adultério do marido. Regressou ao lar depois de pedir «perdão pelos seus desatinos», mas, mais tarde, voltaria a insistir na tese do adultério do marido, tendo-se retratado novamente (1814). D. Leonor Violante também patrocinou a ideia do casamento da filha, Henriqueta Leonor, com um contratador de tabaco, «um homem de uma grande fortuna» (1818), mas Bernardino António Gomes recolheu a filha à custódia do Real Mosteiro da Encarnação para impedir esse casamento (1819). Neste mesmo ano ocorreu o libelo de divórcio entre D. Leonor Violante e Bernardino Gomes, acabando aquela por ser internada no Mosteiro de Sant'Ana (Lisboa), por aviso dirigido ao Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino. O pedido de divórcio perpétuo intentado por D. Leonor Violante foi negado por acórdão do Patriarcado, por não ter provado as acusações de adultério e maus-tratos, tendo recorrido da sentença para o Tribunal da Nunciatura (1820). Este processo litigioso, relacionado com a reclusão da esposa e o seu pedido de divórcio, deu origem, nos últimos anos da sua vida, a alguns opúsculos por si redigidos e que foram do domínio público⁴⁰.

40 Em SILVA, Innocencio Francisco; ARANHA, Brito – *Diccionario Bibliographico Portuguez*, referem-se os títulos:

- × História justificativa da reclusão de D. Leonor Violante Rosa Mourão no convento de S. Anna, com os respetivos documentos. Por seu marido B.A.G. Lisboa, na Imprensa Nacional, 1821;
- × Decisão jurídica proferida pelo corregedor do Cível da cidade Luís Pinto Caldeira de Mendanha na epocha da nossa Regeneração (janeiro de 1822). Lisboa, 1822;

Bernardino António Gomes terá feito um grande esforço pecuniário para ajudar a sacudir o jugo dos franceses aquando das invasões napoleónicas, que consistiu em prescindir de metade do vencimento que auferia no Hospital Militar e no Hospital da Marinha, «metade, por assim dizer do pão que tinha para a minha família», pois o tempo que ocupava com aqueles doentes não lhe permitia fazer clínica privada. Esse esforço traduziu-se em 1391\$660 e esta alegação fazia-a sempre que se sentia vítima de agravos ou de injustiças por parte daqueles que não reconheciam nem apreciavam os seus serviços⁴¹.

Virgílio Machado também reproduz o teor de seis cartas que Bernardino António Gomes escreveu ao filho quando este esteve a estudar em Coimbra. Todas elas estão trespassadas pela ideia de «praticar religiosamente os seus deveres de homem de bem», pelo desejo de que o filho fosse um bom filho, que o enchesse de satisfação e orgulho e merecesse a amizade do pai pela nobreza dos sentimentos que via crescer nele, que fosse um aluno reconhecido aos mestres, sem invejas ou imposturices, digno da estima de todos. Não se cansou de lhe repetir para seguir o seu exemplo, ou seja, o que ele próprio era devia-o ao seu bom comportamento, ao trabalho abnegado e ao desejo de saber, ao amor à ciência, ao culto de polidos e nobres sentimentos e ao reconhecimento, tudo atributos essenciais à nobreza de carácter e garantia da benevolência e estima dos outros.

Reconhecendo os méritos do filho e a forma como seguia os seus conselhos, foi perentório na forma como se lhe dirige numa carta de 30 de outubro de 1822, num país que vivia os alvares do liberalismo:

«(...) É verdade que alguns tem feito fortuna por imoralidades, mas que triste fortuna a que está ligado com o opróbrio!

Não é esta a que querem as almas nobres; a minha, e, pelo conceito que já me debes, também a tua.

x Análise das sentenças proferidas na Legacia sobre a causa de divórcio que D. Leonor Violante Rosa Mourão moveu a Bernardino António Gomes, Lisboa, 1822.

41 MACHADO, Virgílio, *op. cit.*, p. 10.

Devo agora dizer-te que tu tens o foro de Fidalgo Cavaleiro (que é o maior dos foros) desde que eu vim do Brasil; nunca to mostrei, nem fazia tensão deixar-to, se tu, pela nobreza dos teus sentimentos e comportamento, te não mostras- ses digno da nobreza civil que eu te tinha grangeado»⁴².

Note-se que a Bernardino António Gomes foram atribuídos os títulos honoríficos de Cavaleiro da Ordem de Cristo (1812), de médico honorário da Câmara (1813), de Cavaleiro Fidalgo (1815) e de Fidalgo Cavaleiro (1818). Este último título também foi atribuído aos seus três filhos, mas o pai omitiu-lhes o facto enquanto não tivesse provas de o merecerem, como se verifica nesta carta dirigida ao filho.

40 Bernardino António Gomes acabaria por falecer, com 54 anos, na sua residência, na Praça da Alegria, em Lisboa, devido a «afeção no estomago de natureza maligna», deixando ao seu filho homónimo a terça «por se ter distinguido, entre todos os irmãos, na obediência e excelente comportamento, com a condição de prestar a seu irmão António Maria Gomes todo o auxílio que puder para a sua educação e manutenção».

Bernardino António Gomes era um homem humilde do ponto de vista científico, mas nunca deixou de realçar o seu esforço e abnegação em prol da ciência, da saúde pública e do país, como se foi percebendo ao longo desta apresentação, perfil que pode ser sintetizado nas suas próprias palavras proferidas na sessão pública da Academia em 24 de junho de 1813, ao referir-se ao grupo de membros da Academia que tinham criado a Instituição Vacínica: «O resultado della foi o que era de esperar-se de homens cheios de luzes (fallo dos meus collegas) e de homens com vivos sentimentos de humanidade e de patriotismo (fallo agora também de mim)»⁴³. Contudo, esta sua humildade científica nunca o impediu de fazer uma convicta defesa dos seus pontos de vista e dos resultados das

42 MACHADO, Virgilio – *op. cit.*, p.16.

43 GOMES, Bernardino António - *Recopilação histórica dos trabalhos da Instituição Vacínica durante o seu primeiro ano*, p. 77.

Quadro 1—Tabela cronológico-biográfica de Bernardino António Gomes, incluindo a data de publicação das suas obras e acontecimentos relevantes da vida nacional

DATA	ACONTECIMENTO
1768	Nascimento (29 de outubro) na freguesia de Santa Maria de Paredes, Paredes de Coura.
1782	Extinção dos cargos de Físico-mor e Cirurgião-mor. Criação da Junta do Protomedicato.
1793	Conclusão do curso de Medicina. Início da atividade profissional como médico de partido, em Aveiro, até 1797.
1797	Nomeado médico da Armada Real, embarcando para o Brasil.
1798	Observações sobre a canela do Rio de Janeiro, escritas a rogo do Senado da Câmara da mesma Cidade, em 8 de maio de 1798.
1801	Regresso do Brasil. Casamento com Leonor Violante Rosa Mourão. <i>Memória sobre a Ipecacuanha fusca do Brasil ou cipó das nossas boticas.</i>
1802	Nascimento do 1.º filho, Bernardino José. A 2 de abril, vai na fragata-hospital debelar uma epidemia numa esquadra do Gibraltar, onde permaneceu até 1803
1803	Observações botânico-médicas sobre algumas plantas do Brasil, escritas em latim e português.
1804	Início do exercício da atividade médica no Hospital da Marinha. Nascimento do 2.º filho, Henriqueta Leonor.
1805	A esposa sai de casa.
1806	<i>Método de Curar o Tifo ou Febres Malignas Contagiosas pela Efusão da Água Fria, com a Teoria do Tifo, Segundo os Princípios da Zoonomia de Darwin e Explicação do Modo de Obrar da Efusão Fria e uma Carta ao Dr. James Currie com Reflexões e Observações sobre este Método.</i> Nascimento do 3.º filho, Bernardino António.
1807	I Invasão Francesa e partida do Rei e da Corte para o Brasil.
1809	II Invasão Francesa. Refundação dos cargos de Físico-mor e Cirurgião-mor. <i>Memória sobre a Canella do Rio de Janeiro, oferecida ao Príncipe do Brasil pelo Senado da Camara.</i>
1810	III Invasão Francesa. Abandono da carreira de médico da Armada. Nascimento do 4.º filho, Custódio Manuel.
1811	Retirada de Massena.

1812	<p>Eleito membro efetivo da Academia Real das Ciências de Lisboa. Fundação da Instituição Vacínica. <i>Ensaio sobre o Cinchonino e sobre a sua influência na virtude da Quina e outras Cascas.</i> Carta de Bernardino António Gomes dirigida aos redatores do <i>Jornal de Coimbra</i>. Segunda e última replica aos senhores redatores do <i>Jornal de Coimbra</i>.</p>
1813	<p>Criação da Junta de Saúde Pública. <i>Carta aos redatores do «Investigador Português», seguida de um Artigo em Resposta ao que a seu Respeito dissera o «Jornal de Coimbra» n.º. XII.</i> Nomeado membro da Junta de Saúde. <i>Recopilação Histórica dos Trabalhos da Instituição Vacínica durante o seu Primeiro Ano</i>, pronunciada na sessão pública da Academia Real da Ciências de Lisboa, em 24 de junho de 1813.</p>
1814	<p>Nascimento do 5.º filho, António Maria. A esposa acusa-o de adultério.</p>
1815	<p><i>Memória sobre as Boubas.</i> <i>Memória Sobre a Desinfecção das Cartas.</i> <i>Conta Anual da Instituição Vacínica da Academia Real das Ciências de Lisboa</i>, pronunciada na sessão pública de 1815.</p>
1816	<p>Morte de D. Maria I e subida ao trono de D. João VI.</p>
1817	<p>Nomeado médico da Câmara Real. Viagem de Livorno para o Rio de Janeiro, como médico da princesa Maria Leopoldina.</p>
1819	<p>Litígio de divórcio e recolhimento da filha no Mosteiro da Encarnação.</p>
1820	<p>Revolução Liberal do Porto. <i>Ensaio Dermosográfico ou Sucinta e Systemática Descrição das Doenças Cutâneas, Conforme os Princípios e Observações dos Doutores Willan e Bateman.</i></p>
1821	<p>Regresso da Corte a Portugal. D. João VI jura a Constituição. <i>Memória sobre os Meios de diminuir a Elephantíase em Portugal e de aperfeiçoar o Conhecimento e a Cura das Doenças Cutâneas.</i> <i>Carta aos Médicos Portuguezes sobre a Elephantíase noticiando-lhes um Novo Remédio para a Cura desta Enfermidade.</i></p>
1822	<p>Aprovação da Constituição e Independência do Brasil. <i>Memória sobre a Virtude Tenífuga da Romeira, com Observações Zoológicas e Zoonómicas relativas à Tênia.</i></p>
1823	<p>Confrontos entre liberais e absolutistas culminam na «Vilafrancada». Morte a 13 de janeiro, com 54 anos, na Praça da Alegria, em Lisboa</p>

suas investigações, acatando, contudo, as observações que eram feitas pelos seus pares da Academia.

Esta atitude humilde e austera, de rigor e dedicação ao trabalho de investigação, mesmo quando já gozava de prestígio e reconhecimento como membro da Academia Real das Ciências, estendia-se à sua vida social e familiar, como se pode verificar numa das diversas cartas que endereçou ao filho, aconselhando-o a seguir o seu exemplo: «Tu sabes como é o meu génio; não gosto de fausto, mas amo muito a decência e, por conseguinte, o asseio, anda pois sempre asseado, mas não com demasiada louçania, mostra-te, em tudo, meu filho, se queres ver o melhor dos Pays e o teu maior amigo»⁴⁴.

Quando Bernardino António Gomes faleceu, o seu filho contava 17 anos. Só passados 34 anos, isto é, aos 51 anos, e já com uma brilhante carreira como lente catedrático de medicina na Escola Médico-cirúrgica de Lisboa, é que este publicou a biografia de seu pai, onde são referidos alguns aspetos que esclarecem a personalidade do pai e alguns acontecimentos relevantes da vida deste.

A primeira desilusão de seu pai terá sido provocada pela forma como o Conselho de Regência respondeu ao seu pedido de demissão, em 1810, sem uma única palavra de reconhecimento pelos serviços prestados com zelo, desinteresse e patriotismo durante os anos da ocupação francesa. Mais tarde, aquando da sua missão como médico da princesa Leopoldina, na sua viagem para o Brasil, recebera testemunhos de apreço e presentes por parte da própria princesa e das suas damas, do imperador da Áustria e do Grão-Duque da Toscana, ao invés do governo português, que não lhe concedeu qualquer gratificação ou indemnização pecuniária, para minimizar o prejuízo de interromper o exercício da medicina particular, que era o seu único recurso e da sua família. Apesar de ter falecido precocemente, o filho considera que, mesmo assim, conseguiu granjear o património suficiente para a educação dos filhos que «deviam depois saber achar no mundo posição honesta e decente; mas com isso lhes deixou, sobre tudo, a grande herança de um nome, que sempre repetiram e tiveram a satisfação de ouvir repetir com respeito e honrosa recordação»⁴⁵.

44 MACHADO, Virgílio, *op. cit.*, p. 12.

45 NOTÍCIA, *op. cit.*, p. 25.

O filho definia-o como tendo um modo de sentir que fazia com que nem sempre fosse tão feliz como merecia, um carácter essencialmente probo e austero, consubstanciado no conselho que repetia aos filhos: «Façam principalmente por ser homens de bem». Era um homem independente e desinteressado no exercício das funções públicas, que exerceu com abnegação e sacrifício, nem sempre avaliados e reconhecidos. Terá sido no reconhecimento público do seu trabalho e publicações, dentro e fora do país, e na satisfação de ter deixado a recordação de ser útil aos outros, que terá encontrado «a compensação de todas as suas fadigas»⁴⁶.

Virgílio Machado também ensaia o perfil psicológico de Bernardino António Gomes, começando por fazer menção ao prémio de cinquenta mil reis que recebera pelo provimento dos partidos, no final do primeiro ano de preparatórios que antecediam o curso de medicina, por ter dado provas de «capacidade, de aplicação e de estudos». Como médico da Armada, debelara as epidemias que grassavam na esquadra portuguesa, em Gibraltar. Ao mesmo tempo em que continuava o seu labor investigativo, aceitou, gratuitamente, fazer parte da Junta de Saúde, acompanhar a princesa Carolina Leopoldina na viagem de Livorno para o Rio de Janeiro, na qualidade de médico da Real Câmara, fundar e organizar a Instituição Vacínica e dedicar-se ao estudo e tratamento dos leprosos.

Como clínico, exalta-lhe os «dotes especiais de inteligência e de sensibilidade afetiva», as qualidades de observação, vigilância e prudência, o seu carinho, dedicação e tolerância para «suportar as humanas fraquezas». Segundo este biógrafo, muitos dos sucessos clínicos que alcançou ficaram a dever-se «à influência por ele exercida sobre a moral dos seus doentes», realizando prodígios de psicoterapia empírica, que estavam ao nível de médicos de prestígio quase místico, «conhecedores a fundo da psicologia humana nos estados hígido e mórbido». Realça-lhe o bom trato com indivíduos de todos os níveis sociais, desde os pescadores e marujos aos representantes das classes mais elevadas, príncipes e reis e o empenho em procurar defender sempre o prestígio da profissão e dos colegas.

46 *Ibidem*.

Dos cadernos de contas em que fazia a contabilidade da sua clínica particular, constam atos de consultoria solicitada por colegas dos mais modestos aos mais competentes, a 6400 reis cada, ou o dobro; muitos clientes não lhe pagavam em dinheiro, «mas retribuía com géneros alimentícios e outros da mais variada natureza e variado grau de utilidade».

Virgílio Machado descreve-o ainda como um homem ávido pelo conhecimento em Botânica, Química e Medicina, conhecimento esse que ampliava com a leitura das novidades científicas escritas em inglês, francês e latim, línguas que dominava com mestria. A par da sua curiosidade e entusiasmo pela ciência e pesquisa, era hábil nas manipulações de laboratório, perseverante e paciente perante as contrariedades da investigação.

Das «horas de amargura e de desalento», Virgílio Machado retoma o episódio do Lazareto da Trafaria, a que nos referiremos mais à frente, o seu pedido de demissão como médico da Armada e a sua missão como médico ao serviço da Coroa, socorrendo-se de apontamentos autobiográficos em que Bernardino António Gomes desabafava o quanto fora prejudicado por prestar estes serviços sem qualquer ajuda de custo:

45

«Se eu não tivesse quatro filhos, se eu não sentisse os symptomas da saúde muito arruinada e de velhice prematura, dava-me por bem pago de todos os meus serviços, com as honras de Cavalleiro da Ordem de Christo, de Medico da Camara e de Fidalgo Cavalleiro da Casa de S. M. que S. M. me tem conferido; mas como as qualificaçoens exigem um trato mais nobre e mais dispendioso, como sem saúde param as minhas rendas e como he no serviço do Estado que tenho perdido aquella e estas, do Estado tenho razão de esperar graças de manutenção e por isso espero de um Soberano generoso, justo e magnanimo que não deixe sentir indigência a quem estaria agora bem livre della se não tivesse tanto zelo pelo bem do Estado e serviço de S. M. F. que Deus guarde»⁴⁷.

47 MACHADO, Virgilio - *op. cit.*, p. 74-75.



Figura 2—Estátua de Bernardino António Gomes, no Jardim Botânico de Lisboa.

O autor refere ainda o incidente com o Dr. Brotero, os dissabores que Bernardino Gomes teve quando isolou a cinchocina e as campanhas que contra ele se fizeram no único jornal médico que, à época, existia em Portugal.

De certa forma, Virgílio Machado responsabiliza o próprio Bernardino Gomes por achar que este dispensava pouca atenção aos seus trabalhos científicos, apresentando-os com excessiva modéstia, cautela e ponderação, não se julgando uma autoridade na matéria. No entanto, essas mágoas foram sendo expiadas mais tarde, já nos últimos anos de vida, como, por exemplo, na dedicatória da sua obra sobre as propriedades anti-helmínticas da raiz da romeira:

«À minha injusta, todavia, sempre amada pátria, este ténue, mas não inútil, undécimo testemunho dos meus constantes desejos e diligencias em contribuir para o bem publico e gloria nacional, como legitimo, e por isso sempre seu afeiçoado filho, dedico e ofereço B.A.G.»⁴⁸.

Na *Carta aos Médicos Portuguezes sobre a Elefantíase Noticiando-lhes um Novo Remédio para a Cura desta Enfermidade...*, Bernardino António Gomes é já um homem exausto, magoado e desiludido. Exprime mais uma das situações que perturbava o seu trabalho e a sua saúde quando se refere a uma certa «megera» - tratar-se-ia da sua própria esposa - que estaria a impedir que tivesse a tranquilidade necessária para a reflexão e redação dos resultados das suas observações. Nesta mesma carta, na página 8, refere mesmo: «... e porque tenho a desgraça de ter uma mulher, que por intrigas, e abominações me tem grangeado inumeráveis inimigos...». Receia não ter condições para terminar os seus trabalhos ou, pior ainda, ser preso ou ter de sair do país. Na parte final da carta continua os seus queixumes e faz um pedido público para que a sociedade se compadeça dos seus filhos que a ele se assemelham nos seus sentimentos patrióticos. O que a todos viesse a suceder, não seria por culpa própria, mas por culpa de sua mãe, «que tem,

47

48 *Idem*, p. 77.

por imoralidades assaz notórias dissipado a fortuna que lhes havia de ficar».

O botânico, sanitarista e dermatologista

Estabelecendo uma relação entre o seu percurso profissional e a produção científica, a sua vida pode ser repartida por três períodos que correspondem às suas principais facetas como botânico, sanitarista e dermatologista. O primeiro, como botânico, enquanto médico e capitão-de-fragata (1799-1810); o segundo como sanitarista e homem de saúde pública, fundador da Instituição Vacínica (1810-1817); e, o terceiro, como dermatologista (de 1817 até à sua morte).

O botânico

Na Armada Real, integrou a Esquadra Naval do Brasil até outubro de 1801, cumprindo uma comissão de cinco anos.

48

Este período (1797-1801) foi o mais produtivo do ponto de vista científico para o que concorreu o seu espírito de dedicação à investigação, a sua preparação académica em Coimbra e o desafio que era o Brasil enquanto terra «quase virgem de explorações e onde a natureza, vasta e imensamente variada nas suas produções, oferecia tanto que explorar»⁴⁹.

Escreveu três obras sobre botânica: uma memória sobre a ipecacuanha fusca do Brasil⁵⁰, trabalho de investigação que no estrangeiro chegou a circular como da autoria do botânico Avelar Brotero⁵¹; um trabalho com observações botânico-médicas sobre

49 *NOTÍCIA*, op. cit., p. 5.

50 GOMES, Bernardino António - *Memória sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil ou Cipó das Nozças Boticas*.

51 *NOTÍCIA*, op. cit., p. 6-7. Bernardino António Gomes ter-se-á apressado em dar a conhecer a Brotero os resultados da sua investigação que, por sua vez, os comunicou à Sociedade Linneana de Londres, passando a figurar, devido ao seu prestígio, como autor do trabalho. Também no *Dicionário Grande das Ciências Médicas* começou a surgir o nome de Colomb como o primeiro a dar notícias sobre a cultura da ipecacuanha quando o tinha sido Bernardino António Go-

algumas plantas do Brasil⁵² e outro sobre a canela do Rio de Janeiro⁵³.

Em relação a este último, e durante a sua estadia no Rio de Janeiro, fez a observação e estudo das boubas, doença muito frequente no Brasil, que viria a dar origem a este ensaio publicado em 1815⁵⁴. Considerou as boubas uma doença de carácter endémico, referindo-se à sua ocorrência e distribuição por idades, tipos e manifestações e características das feridas. Ainda no capítulo terceiro deste trabalho, ensaia o diagnóstico diferencial relativamente ao *Pian* e ao *Yaws*. Sendo uma doença mais frequente nos negros que nos brancos, considerava a alimentação o principal fator responsável pela doença, embora fossem predisponentes o clima e as condições de higiene; discutiu a transmissão da doença por «herança» e por via da amamentação, das relações sexuais e vetores tais como moscas e mosquitos. Ao contrário de outros médicos, Bernardino Gomes considerava que não se tratava de uma doença venérea. Quanto ao prognóstico, considerava que a doença evoluía em três fases - crueza, cocção e crise - resolvendo-se, espontaneamente,

mes. Perante estas falsidades, Bernardino António Gomes entrou em contacto com os Prof. Virey e Chaumeton, com os quais se correspondia, e os equívocos foram desfeitos.

- 52 GOMES, Bernardino António - *Observações Botânico-Médicas sobre algumas Plantas do Brasil, Escriptas em Latim e Portuquez, oferecidas à Academia Real das Ciências*.
- 53 GOMES, Bernardino António - *Observações sobre a Canela do Rio de Janeiro, Escriptas a Rogo do Senado da Câmara da mesma Cidade, em 8 de Maio de 1798, e Ultimamente Rectificadas, Adicionadas e Oferecidas ao mesmo Senado*.
- 54 GOMES, Bernardino António - *Memória sobre as Boubas*, p. 1-35. Este ensaio teve dois pareceres, um de Francisco de Melo Franco e outro de Francisco Tavares, membros da Academia. Bernardino António Gomes pronunciou-se sobre os comentários que foram feitos, nos seguintes termos: «Reconheço-me obrigado aos meus censores pela aprovação que deram ao ensaio sobre as boubas, não menos pelas advertências com que procuraram melhorá-lo; não me parecendo porém dever adotar todas estas devo dizer alguma coisa a respeito delas para me justificar. Aconselha-me um dos censores que suprima na página 6...» (é uma extensa contestação). As boubas são uma doença tropical infecciosa da pele, ossos e cartilagens causada pela bactéria *Espiroqueta Treponema Pertenuae*.

<p>mento e a sua infecção al. Coctico agriosa. Paralelo. rem q' attent' da Quina. Paralelo. viana precipitada a resina pela água, ou o cinzelosino izento da resina le hum poderoso febrifugo, por q' se contenta em 3 onças de tinta foi bastante p' sus- pender as doses tres dias ou quatro.</p>	<p>leijão, dent' doer nos qua- dris, calor febril sem pulso frio, e inquietado — D. 6 — Cox. de onca de Porro em 3 doses. Cristel ord'.</p>
<p>Caso 40</p>	<p>43</p>
<p>48 2 08</p>	<p>Quasi sem dores dent', e sem symptomas febris, dan- ta agora — om'no</p>
<p>Mel. J. de Andrade graduado de Regim' do 1.º Regim' de D. entrou no H. de Brasa ao 5.º dia de enfermidade, quei- xando-se meramente de dores nos quadris, sem febre, pul- so quasi natural — D. 3. 6 — linimento volátil.</p>	<p>44 sem febre, de sorte doer nos lombos e quadris, mt' appu- tado de calor de leijão — D. 4. 5 — Cox. 7.º emplastro de P. de Porro na base quadris.</p>
<p>40</p>	<p>45</p>
<p>Pessoa mal ant' de dores mais vi- vas de quadris e pilos lombos pulto quasi n. hoje, mais ali- viado de dores — D. 3. 6 — Cox. das raizes das duas salbas.</p>	<p>Quasi sem dores e sem mai- s emcomodos dent' de sem febre — om'no</p>
<p>44</p>	<p>46</p>
<p>Pessoa bem ant' quasi sem do- res — D. 3. 6 — Cox.</p>	<p>Pulso frequente, dores dent' e ainda agora, lingua boa appetito, mas sente prizo no estomago — D. 3. 6 — Com- tes antimoniaes amando</p>
<p>42</p>	<p>47</p>
<p>Pulso mt' poulo frequente, sem</p>	<p>vomitou pouco, ant' foi mu- nos mo — D. 3. 6 — Cox. de onca de Porro com comca de álcool</p>
	<p>48</p>
	<p>sem febre, symptomas febr' e dolorosos dent' — om'no</p>
	<p>49</p>
	<p>Hoje sem symptomas de — D. 3. 6 — Cox.</p>
	<p>50</p>
	<p>sem febre, moimento de dor de cabeça dent', sem dores de</p>

Figura 3—Páginas do 1.º Volume de Manuscritos de Bernardino António Gomes, com o registo das observações de doentes com sezões tratados com a quina de Goiares, enquanto médico da Armada e Capitão de Fragata Graduado (1798-1808). Oferecido por seu neto, Padre Bernardino Barros Gomes, em 1910, ao Jardim Botânico, da Universidade de Coimbra (?).

sob a condição de boa alimentação, cuidados de higiene e de medidas gerais para uma vida saudável. Quanto ao tratamento, e porque se tratava de uma enfermidade virulenta e ulcerosa, sugeria que se devia facilitar a erupção ulcerosa, erradicar o vírus e «detergir» as úlceras para cicatrizarem; aconselhava as várias infusões em uso, fazendo referência à salsaparrilha e à caroba, planta autóctone; e, para que fosse mais rápida a cura, indicava o uso tópico de mercúrio, dando indicações para a preparação de infusões e relatando várias observações que fizera sobre a evolução da doença e formas de tratamento.

Depois de uma missão em Gibraltar (abril de 1802-março de 1803), foi louvado pelos seus serviços durante a epidemia de tifo que ocorreu na tripulação daquela esquadra⁵⁵.

Publicou mais uma obra, descrevendo o resultado das suas observações e os tratamentos que aplicou com êxito⁵⁶, pormenorizando as formas de aplicação e os efeitos do frio, método do qual tinha tomado conhecimento, em 1800, através de uma publicação do Dr. Currie, de 1797, em Edimburgo. O sucesso do método aplicado por Bernardino António Gomes chegou a este autor, ao qual mais tarde viria a enviar uma extensa carta que foi publicada na última edição do seu trabalho «Medical reports on the effects of water cold and warm as a remedy on fever and other diseases», com a inclusão de uma nota de apreço pelo médico português.

Em virtude dos seus bons serviços e devido ao seu estado de saúde foi isento do serviço em mar e, em 1804, passou a fazer serviço no Hospital da Marinha, ao Desterro, sendo, no ano seguinte, nomeado primeiro médico do Hospital Militar da Corte.

Foi por esta altura que vieram do Brasil diversas qualidades de cascas, na esperança de «suprir a quina peruviana». O Governo mandou-as para os hospitais de Lisboa e Coimbra para serem estudadas e avaliadas quanto ao seu valor. Eis, pois, mais uma oportunidade de investigação que Bernardino António Gomes não enjeitou,

55 O louvor foi-lhe concedido por Carta de 21 de agosto de 1802, pelo ministro da Marinha, Visconde de Anadia.

56 *Método de Curar o Tifo ou Febres Malignas Contagiosas pela Efusão da Água Fria, com a Teoria do Tifo, segundo os Princípios da Zoonomia de Darwin e Explicação do Modo de Obrar da Efusão fria e uma Carta ao Dr. James Currie, com Reflexões e Observações sobre este Método*, Lisboa, 1806.

fazendo parte de uma comissão nomeada pela Academia⁵⁷, em 1812. Por ordem da Secretaria de Estado da Guerra e da Marinha, a Academia tinha estabelecido um prazo para a apresentação do estudo, mas, àquela data, ainda não havia dados sobre a recristalização da cinchonina, razão pela qual o relatório «Experiências chymicas sobre a quina do Rio de Janeiro comparada com outras» foi elaborado sem esses resultados, que, mais tarde, viriam a ser apresentados no «Ensaio sobre o chinchonino e sobre a sua influência na virtude da quina e doutras cascas»^{58, 59}.

Trabalhando sobre os dados já conseguidos pelo médico francês Vauquelin, conseguiu isolar o cinchonino. Este ensaio foi reproduzido no *Edinburgh Medical and Surgical Journal*⁶⁰ e no *Medical and Physical Journal* (vol. 27), onde foi muito bem recebido. A sua publicação no jornal *O Investigador Portuguez*⁶¹ deu origem a uma polémica entre o autor e os redatores do *Jornal de Coimbra*, que contestaram a sua descoberta⁶².

-
- 57 Dessa Comissão faziam parte o referido e os sócios José Bonifácio de Andrade e Silva, Sebastião Francisco de Mendo Trigo e João Croft, os quais apresentaram os resultados do seu trabalho numa memória publicada em 1811, no tomo 3.º, parte 2.ª das *Memórias de Mathematica e Physica* da Academia.
- 58 GOMES, Bernardino António - *Ensaio sobre o Chinchonino e sobre a sua Influência na Virtude da Quina e doutras Cascas*. Este ensaio teve parecer do membro da Academia Francisco Tavares, em 31/7/1810.
- 59 A este propósito, consultar: HEROLD, Bernardo; CARNEIRO, Ana - *Bernardino António Gomes 1768-1823*.
- 60 Vol. 7, p. 120.
- 61 Número de novembro de 1811, p. 297; e vol. 1812, p. 36.
- 62 Segundo SILVA, Innocencio Francisco; ARANHA, Brito - *Diccionario Bibliographico Portuguez*, daqui derivaram os seguintes escritos:
 - «Carta aos Redatores do *Investigador Portuguez*, seguida de um Artigo em Resposta ao que a seu Respeito dissera o *Jornal de Coimbra* n.º XII», inserida em *O Investigador* n.º XXII de março de 1813, p. 206;
 - Resposta ao Doutor José Feliciano de Castilho, sobre o que a respeito dele e do seu artigo inserto em *O Investigador* n.º XXII escrevera no *Jornal de Coimbra* n.ºs XXVI e XXIX, inserida em *O Investigador* n.º XXII, p. 662 a 671;
 - Resposta ao Papel de José Feliciano de Castilho intitulado «Reflexões etc.», no *Jornal de Coimbra* n.º XXXV, parte 1.ª, inserida em *O Investigador*, n.º LV, de janeiro de 1816, p. 313 a 325;
 - Resposta às denominadas «Reflexões de José Feliciano de Castilho» no *Jornal*

Ao isolar o primeiro alcaloide da quina, Bernardino António Gomes foi inovador ao fazer uma descoberta fundamental no domínio da história da terapêutica medicamentosa, desafiando o saber científico instituído ⁶³, condicionado por escassos recursos, e trabalhando à margem da Universidade.

Finalmente, como médico militar, o seu último serviço foi no Lazareto de Lisboa onde curou 445 doentes de tifo vindos da esquadra fundeada em Gibraltar e teve a oportunidade de confirmar a eficácia do seu tratamento pela água fria. Todavia, esta foi uma experiência muito desagradável e que Bernardino António Gomes exerceu com estoicismo, não se recusando ao exercício de funções enquanto empregado da saúde nem pedindo a demissão para não dar aso a que pensassem que não estava à altura da missão. A «ordem» para tratar os doentes do Lazareto tinha-lhe sido dada por um contador que estava a substituir o Intendente da Marinha, estrutura que, pelo Regulamento, superintendia os empregados de saúde do Hospital da Marinha (Desterro). Essa ordem tinha sido dada em termos indecorosos, sujeitando Bernardino António Gomes a riscos que deviam ser assumidos pelos médicos da Junta de Saúde no Lazareto. Finda a missão, agastado, pediu a demissão, alegando problemas de saúde.

de Coimbra n.º XLI, parte 1.ª, inserida em *O Investigador Português*, n.º LXVII, de janeiro de 1817, p. 261 a 275.

63 RIEDER, P. [et al.] - *História Ecológico-Institucional do Corpo*, p. 37.

O médico de saúde pública, fundador da Instituição Vacínica

Passou, então, a exercer e a viver exclusivamente da clínica privada sem, contudo, descurar ou diminuir o seu interesse pela investigação.

Acabaria por ser eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, em 7 de janeiro de 1810, passando a sócio livre volvidos dois anos (6 junho 1812), e a sócio substituto de efetivo alguns dias depois (19 junho). A partir de 1814, passou a sócio efetivo de 1.^a classe. Foi neste período que desenvolveu uma obra verdadeiramente notável e inovadora no domínio da vacinação contra a varíola, doença popularmente designada por «bexigas».

A varíola tinha dizimado milhares de vidas, tanto em Portugal como na Europa. No ano seguinte à descoberta da vacina por Jenner (1798), fizeram-se as primeiras vacinações em Portugal.

Em 1804, por diligência do vice-reitor da Universidade, criara-se um Instituto Vacínico, em Coimbra. Em 1805 tinham sido vacinados os infantes D. Isabel e D. Miguel e, em 1806-1807, a vacina foi introduzida na Índia Portuguesa.

Os progressos eram poucos e lentos, a par de muitas vozes contrárias vindas dos «médicos velhos», que se apoiavam na sua longa experiência e nos ensinamentos de Hipócrates, Galeno e Boerhaave. Desconfiavam da inovação científica, dos benefícios da vacina e das aplicações da Química à Medicina.

Contra a formação destes «médicos velhos» já se tinha insurgido Luís António Verney, na Carta Duodécima do *Verdadeiro Método de estudar para ser Útil à República e à Igreja* (1746)⁶⁴. Estávamos num período de confronto nítido entre dois paradigmas médicos, um que representava o passado e, outro, representado pelos «médi-

64 Esta obra está referida como tendo sido impressa em Valença, na Oficina de António Balle. Contudo, segundo a historiadora Ana Cristina Araújo, «a primeira edição de 1746, publicada em Nápoles, foi apreendida e proibida de circular em Portugal. A reimpressão clandestina desta edição fez-se no mesmo ano com referência ao editor Antonio Bale e ao local suposto de Valença. Nem o editor nem a cidade correspondem à tipografia e à cidade em que se imprimiu o livro. Todos os investigadores que estudaram esta edição clandestina concordam que se trata de uma segunda edição reimpressa em Nápoles».

cos novos», que se vinculavam às novas teorias de Cullen, Brown, Pinel ou Broussais.

Entre os detratores, contava-se o médico Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, que fez publicar, em Londres (1808), e depois em Portugal, um trabalho intitulado «Reflexões e Observações sobre a Prática da Inoculação da Vacina e dos seus Funestos Efeitos» que mereceu um comentário violento de Bernardino António Gomes, comparando essa atitude aos propósitos de Eróstrato quando queimou o templo de Diana em Éfeso⁶⁵. A oposição e as dificuldades à introdução da vacina também vinham de alguns pais de família e do revés que tinha sido a morte de um filho do Conde de Lafões que, pouco depois de ser vacinado, teve um quadro de convulsões e acabou por falecer⁶⁶.

As Invasões Francesas (1807-1811) tinham sido outro duro golpe que obstaculizou a cobertura vacínica em todo o reino. Perante tantas adversidades, em 1812, Bernardino António Gomes dirigiu uma nota à Academia chamando à atenção para a eficácia e, por conseguinte, para a importância da vacinação. Deste gesto, e nesse mesmo ano, resultou a criação da Instituição Vacínica^{67, 68}, a cuja comissão pertenceu, juntamente com Francisco Elias Rodrigues da Silveira, José Feliciano de Castilho, José Pinheiro de Freitas

65 Eróstrato era um desconhecido habitante de Éfeso que, pretendendo tornar-se imortal por um feito memorável, incendiou o templo dedicado à deusa Diana, uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo. Os efésios ficaram tão indignados que proibiram todos de pronunciarem o seu nome, sob pena de morte.

66 Sobre a história dos primeiros tempos da Instituição Vacínica pode consultar-se a memória de ALMEIDA, António de - *Annaes Vaccinicos de Portugal* ou *Memoria Chronologica da Vacinação em Portugal*, desde a sua introdução até o estabelecimento da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, p. 196-218.

67 NOTICIA op. cit., p. 19.

68 Sobre os desenvolvimentos posteriores da Instituição Vacínica, consultar SUBTIL, Carlos Lousada; VIEIRA, Margarida - *Os Primórdios do Programa Nacional de Vacinação em Portugal*, p. 167-174.

Soares⁶⁹, José Martins da Cunha, Francisco Soares Franco⁷⁰ e Francisco de Melo Franco.

Bernardino António Gomes foi um intrépido combatente na «cruzada» da vacinação, tendo participado na elaboração do Regulamento da Instituição Vacínica de que foi o primeiro diretor, entre a fundação da Instituição (7 de junho de 1812) e 30 de setembro desse mesmo ano⁷¹. Redigiu o primeiro relatório correspondente a esse período e, por certo, participou na elaboração de «Breve Instrução do que há mais Essencial a Respeito da Vacina», um detalhado opúsculo contendo toda a informação e instruções acerca da vacina, suas contraindicações, características e propriedades, formas de a recolher, meios de conservação e técnicas de vacinação⁷².

Os trabalhos da Instituição Vacínica, em 1812-1813, estão reunidos em nove opúsculos (Quadro 2), impressos na Tipografia da Academia.

56

O Regulamento determinava que o diretor fosse nomeado por vontade expressa do próprio facultativo, pelo período de um mês. Competia-lhe dirigir presencialmente as operações de vacinação, examinar os vacinados, tomar notas, providenciar a colheita da matéria vacínica e compilar as observações referentes a esse mês. Esperava-se que os restantes membros da instituição estivessem presentes nos dias da vacinação, no mínimo dois, para que o serviço fosse mais célere, em termos de registos e para realizarem

69 Tal como Bernardino, José Pinheiro de Freitas Soares foi membro da Junta de Saúde Pública, a principal organização de Saúde Pública do Reino, e autor do *Tratado de Polícia Médica* (1818).

70 Francisco Soares Franco foi deputado e membro da Comissão de Saúde Pública das Cortes e apresentou o primeiro projeto de Regulamento Geral da Saúde Pública em outubro de 1821. Este projeto não viria a ser discutido e teve que se esperar até 1834 para que um regulamento fosse aprovado.

71 GOMES, Bernardino António - Conta dada na Congregação dos Membros da Instituição Vacínica da Academia Real das Ciências pelo Director Bernardino António Gomes em 15 de outubro de 1812, p. 19-24.

72 COLLECÇÃO de Opúsculos sobre a Vacina feitos pelos Sócios da Academia Real das Ciências, que compõem a Instituição Vaccinica: e publicados de ordem da mesma Academia, n.ºs III até IX, p. 25-69.

Quadro 2 - Opúsculos publicados desde a fundação da Instituição Vacínica até fevereiro de 1813

OPÚSCULO	ASSUNTO	AUTOR	PERÍODO A QUE DIZ RESPEITO
I	Regulamento da Instituição Vacínica	-	-
II	Conta	Bernardino António Gomes	7 junho a 30 setembro de 1812
III	Breve Instrução do que há mais essencial a respeito da vacina	Vários	-
IV	Conta	Francisco de Melo Franco	outubro
V	Conta	José Pinheiro de Freitas Soares	novembro
VI	Conta	José Maria Soares,	dezembro
VII	Conta	Francisco Elias R. da Silveira	janeiro 1813
VIII	Conta	Wenceslao Anselmo Soares	fevereiro
IX	Conta das observações dos correspondentes nas Províncias	José Feliciano de Castilho	outubro e novembro de 1812

as experiências que entendessem por bem. A Academia também designaria um ou dois cirurgiões para coadjuvarem ao serviço, apenas nas instalações da Instituição Vacínica, a título gratuito.

Os membros reunir-se-iam a meio e no fim de cada mês, para nomearem o próximo diretor, proporem melhoramentos no serviço e fazerem o balanço quanto ao número de doentes observados e vacinados, experiências feitas, obstáculos e fatores favoráveis à vacinação, tanto na capital como nas províncias.

O Regulamento também estabelecia os dias da semana (domingos e quartas-feiras), o horário e as normas para se proceder a um registo sistematizado do ato vacinal que permitisse o estudo epidemiológico da doença. Assim, devia ser registado o número de indivíduos vacinados por dia, sinais que apresentavam, nome, naturalidade, idade, filiação, ocupação, residência, doenças existentes e o estado de saúde de cada um, antes durante e após a vacinação.

Para além dos livros de registo, haveria os instrumentos próprios para a vacina e lâminas para a colheita de matéria. Devia indicar-se o dia da observação do aspeto do local da inoculação e da restante

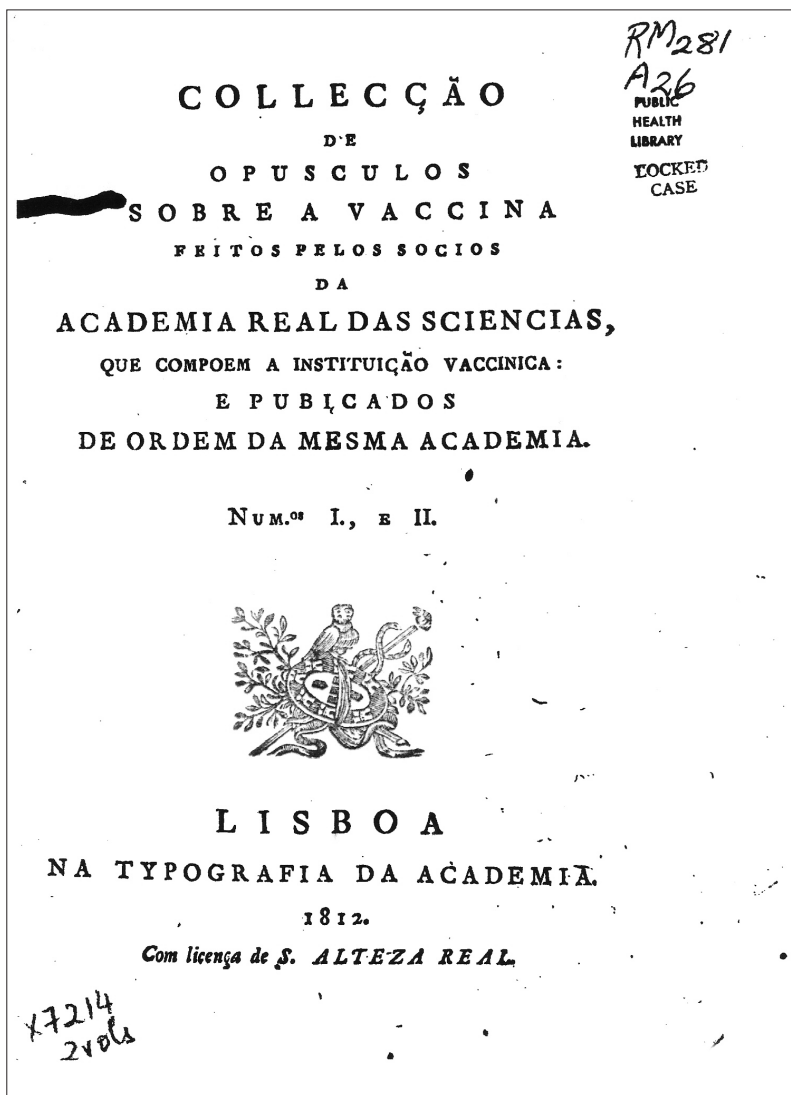


Figura 4—Capa dos dois primeiros opúsculos sobre a vacina, dos nove que foram publicados entre 1812 e 1813.

pele, o dia dos primeiros sinais de inflamação, do aparecimento da «bexiga» e sua configuração, idem para a auréola, existência de sintomas febris, se a «bexiga» se mantinha intacta ou se tinha havido inflamação e supuração, se a crosta era semitransparente ou opaca, lisa ou áspera e se, durante ou depois da vacinação, tinha sobrevindo alguma enfermidade. Também estava previsto o registo dos faltosos, das revacinações, a simbologia para várias situações previsíveis, instruções pormenorizadas para a vacinação propriamente dita e para a colheita de matéria vacínica. Como se vê, um regulamento pormenorizado com o objetivo claro de permitir a análise estatística dos dados e o estudo epidemiológico da doença.

No primeiro relatório (conta), elaborado por si, anotou que desde a fundação da instituição até 30 de setembro tinham sido vacinados 195 indivíduos, embora houvesse um maior número de vacinados fora da Instituição, pela D. Maria Angelica Tamagnini. Daqueles, 85 tinham vacina regular, 30 duvidosa, 12 falsa, 19 nula e 49 sem resultado porque não voltaram ao instituto. Dos 85 que fizeram a vacinação de forma regular, alguns precisaram de voltar a ser vacinados, a maior parte eram crianças de peito ou de tenra idade, mas havia adultos, de ambos os sexos. Um destes tinha 34 anos e quatro filhos; passou tão bem que, a seu exemplo, um seu amigo mais idoso estava resolvido a fazer o seu «seguro de vida» contra o risco das bexigas. Um outro caso foi de uma criança da Rua Augusta cujos irmãos tinham morrido de bexigas e que se salvou graças à vacina.

A vacinação continuava apenas a ter como efeito colateral um estado subfebril, entre o sétimo e oitavo dia da inoculação. Apenas foi referida a situação de uma menina de quatro anos que apresentou febre, vômitos e dores de barriga, mas a criança tinha história de histeria e ataques epiléticos. O médico acabou por debelar facilmente a situação, à custa de uma «tisana refrigerante e ecoproticaecoprótica». Bernardino António Gomes relatava o caso para ser fiel à verdade, embora receasse que os detratores da vacina pudessem aproveitar-se deste caso para invalidar a sua aplicação. Aplicou-se a vacina a indivíduos que já tinham tido a doença, a outros que já tinham sido vacinados e vacinou-se segundo vários métodos.

A conta terminava com a referência aos obstáculos e dificuldades ao bom andamento da vacinação, que, em sua opinião, eram

devidas à pouca instrução do povo e, noutros casos, a preocuparem-se apenas com os problemas de saúde que se lhes apresentavam de forma mais evidente. Reconhece que o opúsculo do Dr. Heliodoro tem sido nefasto e recomenda, por isso, que se insista em divulgar os prejuízos das bexigas em mortes, deformidades e todos os incómodos de uma doença pustulosa e, por outro lado, as vantagens da vacina que estava a ser aplicada nas nações mais civilizadas, divulgar o calendário da vacinação com os dias da semana em que estava disponível e divulgar os resultados obtidos. Se fosse necessário, fazer intervir a autoridade, como no caso dos expostos.

Aproveitou para fazer um rasgado elogio ao Intendente Geral da Polícia, o desembargador João de Matos e Vasconcelos Barbosa de Magalhães, que acedeu mandar vacinar os órfãos da Casa Pia. E termina:

«Por estes meios e por outro que os meus colegas, o tempo e as circunstancias não-se sugerir, espero que esta Instituição que tanta honra faz à Faculdade Medica quanto mostra indisputavelmente os sentimentos liberais e patrióticos dos seus indivíduos, prosperará mais e mais. E quando sucessivas epidemias de bexigas, desabusando os preocupados e confundindo os perversos que por sinistros motivos impugnam a vacinação, mostrarem aos solícitos pais de família a imunidade dos vacinados; nossos nomes serão proferidos com estima e nossos serviços terão a recompensa que mais lisonjeia as almas nobres que é a aprovação e o aplauso dos bons e inteligentes».

60

A «Breve Instrução do que há mais Essencial a Respeito da Vacina» é procedida de uma introdução e contém 11 artigos ao longo dos quais se apresentam os fundamentos e explicações detalhadas sobre as contraindicações da vacina (artigo 1), o que é comum observar-se ao longo da evolução da vesícula no local da inoculação (artigo 2), propriedades e vantagens da vacina (artigo 3), características e altura em que se deve recolher o material vacínico das vesículas (artigo 4), técnicas de colheita e conservação da vacina (artigos 5 e 6), técnica de vacinação (artigo 7), fases da reacção à vacina (artigo 8), formas de reconhecer a eficácia da matéria vacínica (artigo 9), cuidados para manter a integridade da vesícula e como resolver alguns efeitos colaterais da vacina, nomeadamente

em lactentes (artigo 10) e diferenças entre a vacina verdadeira e falsa (artigo 11).

Na introdução, são feitas várias considerações sobre as virtudes da descoberta da vacina e do seu reconhecimento por parte do mundo científico e académico dos países mais evoluídos; recomenda-se que o povo siga a opinião dos médicos com mais conhecimento, mais prudentes e desapaixonados, não dando ouvidos aos detratores da vacina, entre os quais há alguns médicos, mas também eclesiásticos; lamenta-se que em Portugal se tenha demorado tanto tempo a introduzir a vacina, ao invés de países como a Alemanha, França, Itália e Inglaterra; exortam-se os médicos e o clero, como educadores e responsáveis pela formação da opinião pública e pelas mudanças de comportamento das pessoas simples e humildes, a aderirem à causa da vacina, o meio mais eficaz para salvar tantas vidas ceifadas pelas bexigas. Para convencer o clero, cita o caso da Instituição Vacínica de Edimburgo, que se dirigiu ao clero do seu país nos seguintes termos: «Cada pároco, depois de batizar uma criança, pode agora, cheio de confiança e certeza, intimar a seus pais este quase preceito em razão da sua grande autoridade, dizendo-lhes: se esta criança morrer de bexigas naturais, vós somente sois o culpado da sua morte porque tendes na vossa mão um pronto e eficaz meio de a livrar desta fatal enfermidade. Este meio é a vacina, dádiva do céu para alívio da flagelada humanidade».

61

Enaltece Jenner, o seu dedicado trabalho de investigação e os primeiros passos para validar a aplicação da vacina e a sua pronta disseminação por toda a Europa e Estados Unidos.

Na sessão pública da Academia Real das Ciências, de 14 de junho de 1813, apresentou um importante e extenso relatório que começava por fazer a história da recém-criada Instituição Vacínica e os trabalhos desenvolvidos desde a sua fundação.

Porque já havia um número suficiente de membros para se iniciar a vacinação e porque a vacina guardada em vidros nem sempre «pegava», corria-se o risco de insucesso e descredibilização da vacina. Para obstar a tal situação, tinha-se decidido começar o processo pelos órfãos da Casa Pia, por duas razões: as crianças, na sua condição de «filhos do estado» beneficiavam da vacina e, por outro lado, garantia-se o fornecimento de «vacina fresca» nos dias em



LXXVI HISTÓRIA DA ACADEMIA REAL

* RECOPILAÇÃO HISTÓRICA
DOS TRABALHOS
D A
INSTITUIÇÃO VACCINICA
DURANTE O SEU PRIMEIRO ANNO,
POR
BERNARDINO ANTONIO GOMES.

Dr. B. Ant. Gomes

Tendo quasi todas as Nações da Europa verificado e acolhido com o devido enthusiasmo a anti-variolosa descoberta do Dr. Jenner, e começando já muitas Nações ou Povos menos civilizados da Asia, da America, e da Africa mesmo a gozar do beneficio da Vaccina; a Academia Real das Sciencias, que não se occupa senão em promover, quanto cabe nas suas faculdades, o progresso das Sciencias, e por meio destas o bem da Nação, não podia ficar insensivel sabendo que a Vaccinação, a qual nos saudosos tempos da residencia de S. A. R. nesta Cidade tinha vogado muito nella, depois da memoravel mudança da Corte para o Rio de Janeiro tinha decahido tanto entre nós, que pouco menos se achava que anichilada. Assim bafrou que na Sessão ordinaria de 8 de Abril, tendo eu a honra de dirigir por hum pequeno discurso a attenção desta Academia para a decadencia d'aquele ramo de Hygiene publica, lhe suggerisse a idéa da creação do que hoje se chama Instituição Vaccinica, para ser apoiado na minha proposta quasi afrouxo por todos os Membros da Sessão. Resolveo-se em consequencia que, para melhor se deliberar sobre este objecto, se convocasse huma Sessão extraordinaria dos Socios da Academia da Profissão Medica.

Achá-

* Pronunciada na Sessão publica da Academia R. das Sciencias em 24 de Junho de 1813.

Figura 5—Primeira página da Recopilação Histórica dos Trabalhos da Instituição Vaccinica durante o seu Primeiro Anno.

que fosse precisa. Assim, foi pedido ao Intendente Geral da Polícia que as mandasse, em grupos de quatro a seis, nos dias da vacinação, para serem vacinadas, observadas e se lhes colher o produto vacínico. A prontidão e o entusiasmo com que o processo foi feito, mereceram uma palavra de reconhecimento e louvor da sua parte.

O plano tinha começado a ser posto em prática no dia 7 de junho de 1812, «com matéria seca que o Doutor Francisco de Melo Franco obteve da Sr^a. D. Angelica Tamagnini». Nesse dia foram vacinadas seis crianças da Casa Pia, sendo que quatro eram suspeitas de bexigas, por isso, a vacina só terá sido eficaz numa. No dia 14, revacinar-se duas e mais cinco; a vacina terá «pegado» em quatro. No dia 21, vacinaram-se e revacinar-se nove crianças da Casa Pia e uma da cidade. Havendo já vacina suficiente, anunciou-se, através da *Gazeta* de 23 de junho, a vacinação gratuita aos domingos de manhã. No dia 28, foram vacinar-se 13 indivíduos, para além dos da Casa Pia. O número de vacinados foi aumentando e, para uma melhor observação dos efeitos da vacina, passou a fazer-se também às quartas-feiras.

Depois de cumprir o primeiro objetivo de vacinar o povo da capital, era necessário estender a vacinação a todo o Reino. Para tanto, a 13 de setembro, escreveram a alguns médicos «de cuja filantropia se tinha na Instituição alguma ideia», em Penafiel, Mealhada, Cartaxo, Valença do Minho, Elvas, Santarém, e a alguns outros que eram correspondentes da Instituição. Fizeram um convite mais alargado, através da *Gazeta* de 13 de outubro e a adesão foi imediata: alistaram-se, como correspondentes, 42 médicos e 26 cirurgiões, para além de duas senhoras que «parecem ter por essência o amor da humanidade ou todos os sentimentos benfazejos», as senhoras Angelica Tamagnini (Tomar) e Isabel Vanzeller (Porto). Esta última senhora terá vacinado 5030 pessoas, desde 15 de agosto de 1809 até ao final de abril daquele ano de 1813.

Esse relatório incluiu, ainda, a referência às diligências que tinham sido feitas junto do Marquês de Borba e a pronta resposta do Reino concedendo privilégio para a correspondência, fator decisivo para a generalização da vacina em todo o Reino, e à aprovação da proposta de regulamento por si apresentada na sessão ordinária da Academia, de 14 de outubro de 1812.

O relatório contém mapas com o número de vacinações, o número das vacinações duvidosas e das que se desconhecia o resultado porque as pessoas não tinham voltado. No trimestre em que tinha sido diretor, tinham sido vacinadas 2116 pessoas (Quadro 1). No período anterior, nas instalações da Instituição, tinham sido vacinadas 196 pessoas e, nas províncias, 530. Segundo Bernardino Gomes, admitindo que metade tinham tido vacina duvidosa e não tinham sido observados, estariam imunes, neste primeiro ano, 3323 pessoas.

Quadro 3—Número de vacinados durante o trimestre em que Bernardino António Gomes foi diretor, por localidades e por distrito.

	*	*?	=
MINHO			
Penafiel	57	10	11
Porto	582	0	9
Valença	52	1	0
Vila Meã	66	4	9
Veiga de Penso	105	1	0
	862	16	29
TRÁS-OS-MONTES			
Cerva	87	0	0
Chaves	20	9	11
Montalegre	48	1	3
Murça	11	0	0
Vila Real	5	1	0
	171	11	14
BEIRA			
Aveiro	2	0	3
Buarcos	33	22	24
Monforte	67	0	0
Tondela	4	1	0
Viseu	61	3	171
	167	26	198
* Vacinados; *? Vacina duvidosa; = Resultado desconhecido			

ESTREMADURA			
Cartaxo	147	6	0
Cascais	24	3	0
Colares	98	20	27
Ericeira	61	0	4
Lisboa	74	6	60
Peniche	36	5	4
Santarém	9	6	20
Sardoal	6	1	0
	455	47	115
ALENTEJO			
Crato	76	5	47
Elvas	41	1	0
Evora	11	0	0
Niza	1	0	0
	129	6	47
ALGARVE			
Lagos	147	9	106
Silves	78	9	0
Vila Nova de Portimão	107	0	108
	332	18	214

* Vacinados; *? Vacina duvidosa; = Resultado desconhecido

FONTE: GOMES, Bernardino António - «Recopilação Histórica dos Trabalhos da Instituição Vaccinica durante o seu Primeiro anno», in *Memórias de Mathematica e Phisica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, p. 84-85.

Os dados sugeriam-lhe duas reflexões. Se a mortalidade entre os «bexigosos» estava calculada na proporção de um sexto, a vacinação já tinha salvo 353 compatriotas e livrado muitos outros de sequelas da doença. Por outro lado, porque é que, causando a doença tantas mortes e sequelas e havendo meio gratuito de a prevenir, era tão baixo o número de vacinados, quer em Lisboa quer na província? A explicação estaria em três causas: oferecer-se o bem da vacina, a ignorância de muitos e a maledicência de alguns.

Descreve as várias formas que têm sido usadas para efetuar a vacina, o carácter benigno dos sintomas que dela decorrem, inde-

pendentemente do método usado, e a suscetibilidade individual à doença. Assinala observações que tinham sido feitas por vários vacinadores no que respeita à evolução das vesículas. Fala, ainda, da observação de casos de erupção vesicular em partes do corpo onde não tinha sido feita a inoculação e discute-os refutando as explicações dadas por alguns colegas e outras instituições estrangeiras. Por fim, conclui que a vacina não se relaciona com outros vírus e faz a apologia da vacina como prevenção da varíola.

Para ultrapassar os obstáculos à vacinação que vinham sendo apontados pelos correspondentes, a Instituição Vaccínica tinha dirigido ao governo uma memória a sugerir a melhor colaboração dos ministros territoriais nas visitas efetuadas e a instar o clero a usar «a sua poderosa voz para advertir incessantemente e para persuadir aos chefes de família» de que era sua obrigação evitar uma das moléstias mais perigosas.

Quanto aos ministros territoriais, embora muitos já estivessem a prestar a máxima colaboração aos correspondentes da Instituição, foi-lhes enviado um aviso a enunciar a erradicação da varíola como um dos objetivos da Coroa, aviso esse que se fazia acompanhar de um exemplar com as Instruções a que já nos referimos. Solicitavá-lhes a informação sobre a identidade e número dos vacinadores e a forma de assegurar a gratuidade da vacina; que publicassem editais adequados à compreensão de todos, com o nome e a residência dos vacinadores, as vantagens da vacinação e a recomendação para que todos seguissem as orientações dadas pelos vacinadores. Pedia-se-lhes para persuadir «todas as classes do povo», mais do que reprimir pela autoridade; que mandassem vacinar todos os indivíduos que não tivessem tido as bexigas e que estivessem sob a sua jurisdição, isto é, órfãos, empregados de hospitais, indivíduos com alta hospitalar, presos, expostos e alunos das casas de educação. Esta ordem devia ser comunicada aos juizes ordinários ou de fora para execução imediata, sob a sua fiscalização. Para as dioceses seguiram idênticas recomendações para aplicar a todos quantos estivessem sob a sua jurisdição: párocos, alunos dos seminários e de outras corporações e pessoas influentes⁷³.

73 GOMES, Bernardino António - «Recopilação Histórica dos Trabalhos da Instituição Vaccínica durante o seu Primeiro Anno».

Em 1815, voltaria a apresentar, em sessão pública, a conta anual da Instituição Vacínica, na qualidade de seu diretor⁷⁴. Começou por fazer diversas considerações de natureza política, considerando que a vacina constituía um meio de fazer prosperar o país, na medida em que, evitando mortes, permitia o aumento da população e, conseqüentemente, aumentar a produção, fazendo florescer as artes, o comércio e a agricultura, numa palavra, criar riqueza e assegurar a honra e independência nacional. Aumentar a população era um objetivo a cumprir para colocar Portugal ao nível da França e da Espanha, com densidades populacionais maiores. Em média, em França, havia mais 156 habitantes por légua quadrada que em Portugal. A Espanha tinha mais do triplo da população de Portugal. Além do mais, Portugal não se limitava ao pequeno território europeu, tinha possessões «em ilhas e no continente das outras três partes do mundo». Porém, a população ultramarina estava na razão inversa da extensão do país, particularmente no Brasil, onde, mais de um quarto da população era escrava. Em suma, a generalização da vacina tinha de ser encarada na perspectiva da absoluta necessidade de aumento da população.

67

A vacinação tinha-se tornado no grande desígnio dos governos mais civilizados. O Parlamento inglês tinha dado a Jenner um prémio de 90 000 cruzados e, apesar das críticas de Moseley, Goldson e de outros detratores antivacínicos, voltou a ser homenageado com um novo prémio, com o dobro do valor, mediante parecer favorável do Colégio de Médicos de Londres. Faziam-se grandes investimentos no apoio à Instituição Vacínica daquele país. Em Espanha, saíam expedições da Corunha para vacinar nas colónias. Em França acabara de ser criada uma associação da qual era presidente o próprio Ministro dos Negócios do Reino e aplicavam-se avultados fundos em despesas e prémios. Na Prússia, Alemanha, Dinamarca e Suécia, os membros das famílias reais tinham sido vacinados.

Neste último país, o Real Colégio de Saúde de Estocolmo tinha sido incumbido de promover a vacina por todos os meios, desti-

74 GOMES, Bernardino Antonio - «Conta Annual da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa pronunciada na Sessão Publica de 1815».

CONTA ANNUAL

DA

INSTITUIÇÃO VACCINICA

DA

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS

DE LISBOA

PRONUNCIADA NA SESSÃO PUBLICA DE 1815

POR

BERNARDINO ANTONIO GOMES.

§ 1. Segunda vez tenho a honra de occupar este logar, e he si- ^{Preambulo} milhantemente para referir os progressos da Vaccinação em Portugal ^{em que se} durante o anno proximo passado, o terceiro da Instituição Vaccinica. ^{mostra a im-} ^{portancia do} ^{assumpto.}

§ 2. A vista desta tarefa, reflectindo que, por não possuir os talentos dos Sabios que se acabão de ouvir, não posso por meio dos atavios da eloquencia tornar igualmente aprasivel a minha narração, cumprira-me começal-a, implorando a benevolencia deste respeitavel Auditorio. Advertindo porém que o que em mim fallece, he sobejamente supprido pela importancia do assumpto, e pela qualidade dos que me escutão, julgo escusado sollicitar a indulgencia com que devo contar.

§ 3. Julgo que a insufficiencia do Relator he supprida pela im- ^{A vaccinação} portancia do assumpto, e pela qualidade dos que me escutão, porque ^{póde contri-} vou fallar da Vaccinação em Portugal, e vejo que fallo perante huma ^{buir muito} Assembléa de Portuguezes, na qual persuado-me que não ha algum ^{para a pros-} ^{peridade de} ^{Portugal.} que não seja digno deste nome. ¿E qual he o Portuguez, digno do nome, que não deseje a prosperidade do seu Paiz? ¿E quem a deseja assás, que não anhele saber, e não ouça por conseguinte com tanta avides pelo assumpto, como indulgencia para com o Relator, quanto

D .

Figura 6—Primeira página da Conta annual da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa pronunciada na Sessão Publica de 1815.

nando 900 dólares para prémios àqueles que mais se distinguissem; quem não denunciasse a doença estava sujeito a coimas e os bexigosos eram recolhidos no Hospital das Bexigas; no hospital geral das paridas, ao nono dia, todos os recém-nascidos eram vacinados. Tinham-se criado estações vacinais na capital e por toda a província. Estabeleceram-se dois tipos de prémios para os vacinadores mais distintos: um, pecuniário e outro sob a forma de medalhas honorárias; ambos eram entregues em cerimónias verdadeiramente aparatosas.

Mencionando sempre as fontes, Bernardino Gomes mostrava ter informação atualizada acerca do que de positivo se estava a passar pela Europa. Segundo os mapas necrológicos de Paris, em 1809 tinham morrido naquela cidade 213 pessoas, mas esse número era infinitamente inferior às 20 000 mortes que tinham ocorridos em anos anteriores devido às bexigas. Em França, em 1805, tinham-se vacinado 400 000 pessoas.

Ao invés, em Portugal, o quadro era doloroso. No Faial, em 1812, tinham morrido 418 pessoas; em Braga, em 1814, tinham morrido 1000 pessoas.

Apresentou, finalmente, as contas por distrito, concluindo que tinha havido progressos, conquanto no primeiro ano tinham sido vacinados 2866 e agora havia 9602 com vacina verdadeira e 2699 com duvidosa. Estes números seriam consequência das ordens que foram emanadas pelo governo aos corregedores e prelados das dioceses, particularmente em Pinhel e na Guarda, onde os respectivos bispos conseguiram demover os seus diocesanos a adotar a vacinação, «por meio de sábias pastorais». A sua preocupação em ganhar adeptos para a causa foi tal que não se poupou a comentários elogiosos e à enumeração, um a um, dos prelados, ministros territoriais e vacinadores que, nos pontos mais recônditos do país, exerciam com zelo a sua missão.

A título de exemplo, eis as contas da província do Minho, com a referência dos vacinadores por povoação (Quadro 4). Note-se que do conjunto de 17 vacinadores, há seis cirurgiões, cinco médicos e seis pessoas que não exerciam estes ofícios. Apenas no Porto havia dois vacinadores e só o vacinador de Ponte de Lima foi vacinador o ano inteiro, sendo que a maior parte destes tinham sido recrutados há três ou menos meses, o que dá indicações sobre a evolução e o progresso da vacinação no Reino.

Quadro 4 - Número, nome e tempo de serviço dos vacinadores da província do Minho, no terceiro ano de existência da Instituição Vacínica (1815).

MINHO						
POVOAÇÃO	VACINADORES		MESES	VV	VD	
Arcos e Sabadim	Gabriel António da Costa	Cir	3	59	19	
Gerês	José dos Santos Dias	Med	3	5	2	
Guimarães	Manuel Luís Pereira		1	9	...	
Lanheses	Nicolau de Sousa Galião	Cir	8	198	20	
Louredo	Sebastião José de Carvalho	Med	1	15	55	
Paços de Sousa	José António Moreira da Silva		3	27	11	
Penafiel	António de Almeida	Med	3	83	28	
Ponte de Lima	António Joaquim de Carvalho	Med	12	3585	55	
Porto	Dona Maria Isabel de Vanzeler		2	124		455
Porto	José Duarte Salustiano Arnaud	Med	2	23		
S. Tirso	José António Barbosa da Silva		1	17	6	
S. Vicente de Penso	Manuel José M. da Costa e Lima		2	643	27	
Travanca	José Pinto da Cunha	Cir	1	15	1	
Viana	José Luís Pinto da Cunha	Cir	8	215	...	
Vila do Conde	Domingos António da Costa Flores	Cir	2	20	6	
Vila Meã	A. Coelho de Magalhães Queirós	Cir	1	7	...	
Vilar de Perdizes	António Luís		1	8	...	
				5051	685	

VV: Vacina verdadeira; VD: vacina duvidosa

FONTE: GOMES, Bernardino António - «Conta Annual da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa pronunciada na Sessão Publica de 1815», in *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, p. 37.

Concluiu a sua apresentação com várias observações sobre as propriedades da vacina, o seu carácter preventivo, situações de ineficácia, diferentes formas de inoculação, contraindicações e situações em que não estava contraindicada a vacina.

Enunciou as povoações onde não havia vacinadores, denunciou o desmazelo em alguns correspondentes e a diminuta vacinação na própria Instituição Vacínica, uma epidemia em Braga e a negligência com os órfãos e expostos, à exceção dos da Casa Pia, por mérito e obra do Intendente Geral da Polícia. Elogiou, finalmente, o governo por ter concedido uma lotaria de 50 contos de rei (50 000\$000) para se instituir a vacina em todo o Reino.

Para incrementar a vacinação na maioria das comarcas, foram criadas comissões compostas pelo pároco, o médico ou o cirurgião, com uma gratificação de 1200 réis por cada dia de vacinação e com prémios para os que efetuassem mais atos vacinais. Assim, em 1816, lograram vacinar-se 18 111 pessoas e, em 1817, 19 993. Contudo, começaram a escassear os subsídios, na medida em que não foi concedida uma segunda lotaria, nem mesmo a atribuição do conto de reis anual, valor para que tinha sido reduzido o subsídio. Nestas circunstâncias, foi necessário suspender as atividades das comissões e dos vacinadores nas capitánias-mores, mantendo-se apenas ativos os da cidade de Lisboa. Como consequência, o número de vacinados reduziu-se drasticamente: em 1818, passaram para 10 541, em 1819, para 9320 e, em 1820, para 3630 indivíduos.

A Academia Real das Ciências fazia chegar às Cortes, logo no início da sua atividade, em 1821, uma representação da Instituição Vacínica, acompanhada de um relatório, onde se previa que a vacinação regular em todo o Reino orçaria em seis contos de reis anuais⁷⁵.

Embora a Comissão de Saúde Pública das Cortes tivesse saudado e reconhecido o trabalho desenvolvido, tal não foi suficiente para demover alguns deputados que manifestavam dúvidas acerca da utilidade da Instituição Vacínica, entre eles, Francisco Simões Margiochi, céptico sobre as virtudes da vacina⁷⁶. As Cortes acabaram por deliberar que se continuasse «a dar o conto de réis annual para se conservar o Estabelecimento Vaccinico de Lisboa, que ella destina para ser a base fundamental dos outros Estabelecimentos das Provincias: assim como que se continue a conceder a correspondencia franca de Cartas, e remessas da Vaccina com as Auctoridades Civís, e Ecclesiasticas, e com as Cameras; e espera-se do zelo dos seus Medicos, e Chirurgiões, que não affrouxem do bom, e desinteressado serviço, que até aqui tem feito em beneficio da Patria»⁷⁷.

71

75 *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, Ata n.º 36, de 16/03/21, p. 280.

76 O deputado Margiochi era sócio livre da Academia Real das Ciências na capital.

77 *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, Ata n.º 36, de 16/03/21, p. 281.

Veja-se a argumentação de Soares Franco, membro da Comissão de Saúde Pública das Cortes, e a sua preocupação em acompanhar os países mais evoluídos da Europa e o desenvolvimento do conhecimento científico, face ao flagelo da varíola:

«[...] ...mas não será estranho que eu diga que quando Jenner estabeleceu em Inglaterra o seu invento, teve a oposição que tem todos os novos estabelecimentos; porem o Parlamento o acolheu, e arbitrou para o estabelecimento da Vacina dez mil libras esterlinas (perto de 100 mil cruzados). Depois passou a França, onde o Instituto a estabeleceu: estabeleceu-se também em Viena: estabeleceu-se em Berlim, onde Duiland foi o princípio propagador: estabeleceu-se em Espanha, e os Espanhóis até mandarão ás Filipinas hum navio para propagar. Quando isto estava estabelecido em toda a Europa; quando em todas as partes se tenha reconhecido a sua utilidade, e quando a Academia das Ciências de Lisboa, fundada nestes conhecimentos, acolheu aqui este estabelecimento, julgou a Comissão que não podia deixar de merecer os mesmos elogios que por igual causa receberão as Sociedades de outras Nações. Em consequência a Comissão não fez mais do que seguir o exemplo de outras. Em quanto a pôr-se duvida sobre a utilidade, ou não utilidade deste estabelecimento, o que sei dizer é que os homens mais instruídos tem convindo em que é o maior descobrimento do século 18.º; e se algumas vezes falha é, ou por falta dos vacinadores, ou por outras causas estranhas á mesma vacina. Basta saber que as Bexigas destruía a espécie humana, e que a vacina é reputada como um dos melhores preservativos. Nestas circunstancias, e porque a Academia se prestou gratuitamente a este serviço útil á humanidade, fazendo conhecer o seu zelo, foi que a Comissão julgou que se deviam dar agradecimentos á mesma Academia» (Apoiado)⁷⁸.

78 *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, Ata n.º 38, de 20/03/21, p. 304.

Apesar de tudo, a convicção sobre os benefícios da vacinação foi vingando por todo o Reino.

Foi neste período, por mérito e reconhecimento do seu trabalho, que acabaria por ser nomeado, a 28 de agosto de 1813, membro vogal da Junta de Saúde Pública.

Por esta altura publicou mais uma memória sobre a desinfecção das cartas, colocando a seguinte questão: para proteger o Reino da peste ou da febre-amarela, seria suficiente dar alguns golpes nas cartas vindas de partes suspeitas e fumigá-las sem as abrir e sem passarem pelo vinagre ou, passando-as pelo vinagre, poderia evitar-se abri-las?

O Regimento de Saúde do Porto de Belém determinava que as cartas vindas de lugares empestados ou suspeitos fossem abertas e passadas por vinagre, mas a Junta de Saúde, temendo a peste e preferindo pecar antes por excesso que por defeito, achava que o mais seguro era abrir as cartas. Este enunciado não tinha sido unânime entre os membros da Junta. Uns achavam que não era necessário abrir as cartas, bastava fumigá-las pelo processo de Mr. Morveau, mas como havia a preocupação de não violar a correspondência vinda de lugares empestados ou suspeitos, decidiu-se que as primeiras seriam abertas e as segundas apenas golpeadas. Esta resolução pareceu-lhe perigosa pelo que propôs que se pedisse ao Governo a suspensão da portaria enquanto, pela experiência, não se confirmassem ou infirmassem as suas dúvidas. Assim foi feito e a tal anuiu o governo. Em consequência, o Marquês de Tancos, o desembargador Bartolomeu Giraldes, o primeiro secretário Luiz António Rebello, os Doutores José Pinheiro de Freitas Soares, Henrique Xavier Baeta, Ignacio Xavier e ele próprio decidiram investigar o caso no Laboratório Químico da Casa da Moeda. As experiências levaram-no à conclusão de que o ácido sulfuroso tinha maior poder desinfetante que o vinagre ou o cloro e que era possível fazer-se a desinfecção no interior das cartas sem as abrir ou golpear⁷⁹.

79 GOMES, Bernardino António - *Memória Sobre a Desinfecção das Cartas*.

ENSAIO DERMOSOGRAPHICO

**OU
SUCCINTA E SYSTEMATICA DESCRIPÇÃO**

**DAS
DOENÇAS CUTANEAS,**

CONFORME OS PRINCIPIOS E OBSERVAÇÕES

**DOS
DOUTORES WILLAN, E BATEMAN,**

**COM INDICAÇÃO DOS RESPECTIVOS REMEDIOS ACONSE-
LHADOS POR ESTES CELEBRES AUTORES,
E ALGUNS OUTROS.**

POR

BERNARDINO ANTONIO GOMES,

*Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Fidalgo Caval-
leiro da Casa de Sua Magestade Fidelissima, Medico
da Sua Real Camera, Membro da Junta da Sau-
de Publica, e Socio d'Academia Real
das Sciencias de Lisboa.*



LISBOA,

NA TYPOGRAFIA DA MESMA ACADEMIA.

1820.

Com Licença de SUA MAGESTADE.

Figura 7—Capa de Ensaio dermosografico

O fundador da dermatologia portuguesa

Por volta de 1817, reorientou os seus interesses científicos para as doenças da pele, em particular a elefantíase. Recolheu toda a informação disponível e foi autorizado a iniciar a observação dos doentes que se encontravam no Hospital de S. Lázaro, observação que efetuou durante cinco meses. Conforme refere no prefácio do ensaio dermosográfico⁸⁰, que dedicou à Rainha D. Maria II, para o escrever aproveitou o tempo de ócio durante a viagem que fizera entre Livorno e o Rio de Janeiro como médico de sua mãe, a princesa Leopoldina Carolina Josefa, à altura noiva de D. Pedro de Bragança⁸¹. A Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia considera este ensaio o primeiro tratado português de Dermatologia.

A permanência de seis meses no Brasil também lhe permitiu fazer mais observações sobre a elefantíase e outras doenças da pele aí muito frequentes. Em consequência, escreveu ainda uma

80 GOMES, Bernardino António - *Ensaio Dermosográfico ou Sucinta e Systemática Descrição das Doenças Cutaneas conforme os Princípios e Observações dos Doutores Willan, e Bateman, com Indicação dos Respective Remédios Aconselhados por estes Celebres Authores e Alguns Outros*. Este ensaio teve um parecer do sócio José Pinheiro de Freitas Gomes, de 20/02/1819, que termina nos seguintes termos: «À vista do que ficou exposto concluo que o trabalho do autor ainda está distante da perfeição de que carece e só à custa de continuado estudo e observação que o autor poderá concluir o edificio que começara. Todavia, este trabalho, tal qual existe, se torna já mui interessante aos progressos da Medicina e sendo da honra ao seu autor, se for mui digno de ser impresso por ordem desta Real Academia».

O termo dermosográfico é criado pelo autor, em substituição da paráfrase que deveria ser usada: quadro sucinto e sistemático das doenças cutâneas. Esta obra teve, pelo menos, uma segunda edição em 1823.

81 A propósito, consultar o romance histórico *D. Maria II, Tudo por um Reino*, de Isabel Stillwell.

C A R T A
AOS MEDICOS PORTUGUEZES
SOBRE A ELEPHANTIASE
NOTICIANDO-LHES HUM NOVO REMEDIO
PARA A CURA
DESTA ENFERMIDADE,
PELO SEU COLLEGA , E COMPATRIOTA
BERNARDINO ANTONIO GOMES,
Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Fidalgo
Cavalleiro da Casa de S. M. F., Medico da sua
Real Camara, e Socio d'Academia Real
das Sciencias de Lisboa.



L I S B O A,
NA IMPRENSA NACIONAL. ANNO 1821.

Figura 8 - Capa da Carta aos médicos portugueses.

memória sobre a elefantíase e outras doenças da pele⁸² e uma carta aos médicos portugueses sobre o tratamento desta doença⁸³.

Nessa carta, Bernardino António Gomes começa por referir que fazia observações e investigação sobre a doença há cinco anos e que tinha oferecido os seus serviços ao governo para tratar gratuitamente os portadores de elefantíase do Hospital de S. Lázaro durante um ano. O governo tinha dado instruções ao Senado da Câmara, entidade que administrava aquele hospital, para lhe prestar todo o apoio, mas, por acção de alguém «poderoso e influente», a cooperação do Senado deixou de se fazer e o seu trabalho de investigação junto dos doentes começou a ser boicotado. Em sua opinião, S. Lázaro era mais uma albergaria do que um hospital, mas, mesmo assim, conseguiu atingir os seus objetivos apesar de ser muito difícil acompanhar a evolução dos doentes e observar os efeitos da terapêutica por si instituída.

Sobre a doença e terapêutica conclui que os tratamentos com preparações mercuriais associadas ao meserião ou de arsenite de potassa deviam ser substituídos por um outro remédio que tinha ensaiado com bons resultados em quatro doentes, o muriato de cal. Recomendava, por isso, que se fizessem mais observações para confirmar ou infirmar os efeitos daquele sal e convidava os seus colegas médicos a ajudarem-no na descoberta do remédio para debelar tão grave enfermidade que, não sendo nenhuma delas, tinha traços de escrófula, de mal venéreo ou artrite.

Nestes trabalhos, Bernardino António Gomes fez a história da doença, dos hospitais de lázaros e gafarias em Portugal, comparou a situação com outros países e propôs que se reunissem os vários e dispersos hospitais em apenas três, em Lisboa, Porto e Coimbra onde,

82 GOMES, Bernardino António - *Memória sobre os Meios de Diminuir a Elefantíase em Portugal e de Aperfeiçoar o Conhecimento e a Cura das Doenças Cutâneas, Oferecida às Cortes de Portugal de 1821, pedindo a sua Atenção para o Estado da Elefantíase em Portugal.*

83 GOMES, Bernardino António - *Carta aos Médicos Portuguezes sobre a Elephantíase noticiando-lhes um Novo Remédio para a Cura desta Enfermidade, pelo seu Colega, e Compatriota Bernardino António Gomes, Cavaleiro Professo na Ordem de Christo, Fidalgo Cavaleiro da Casa de S. M. F., Médico da sua Real Camara, e Socio d'Academia Real das Sciencias de Lisboa.*



Figura 9—Sinalética da R. Dr. Bernardino António Gomes, em Paredes de Coura.

além de servirem para tratar os doentes, serviriam para o estudo e o ensino da especialidade; sugeriu que se revertessem os rendimentos das gafarias e das mercearias⁸⁴ e a favor de doentes gafos.

Viria a ser no Hospital do Desterro que, a partir dos finais do século XIX, nasceu a grande escola de Dermatologia portuguesa⁸⁵. O papel pioneiro que desempenhou, conferiu-lhe o estatuto de patrono da Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia, fundada em 1942.

Um dos seus últimos trabalhos, um ano antes de falecer (1822), versava as propriedades anti-helmínticas da raiz da romeira⁸⁶. Segundo Bernardino António Gomes, esta planta tinha sido profusamente usada na Antiguidade e constava dos livros de Celso, mas foi sendo ignorada na Europa até que, em Inglaterra, os médicos Breton e Buchanan a retomaram como anti-helmíntico. Atento e atualizado acerca das novidades médicas fora do país, logo se prontificou a aplicar cozimentos da casca da raiz da romeira, com êxito⁸⁷.

As homenagens que lhe foram feitas

79

Jofre de Lima Monteiro Alves inventariou as várias iniciativas que foram tomadas no sentido de homenagear Bernardino António Gomes e que passamos a referir.

A primeira homenagem terá sido feita pela Academia Real das Ciências de Lisboa, em 20 de junho de 1901.

84 Merceeiro(a) era a pessoa que recebia uma certa pensão por encomendar a Deus a alma de algum defunto, isto é, tinham por ofício rezar, ouvir missas ou rezar pela alma de alguém que, por morte, tivesse deixado esmola ou uma certa renda à pessoa que a tal se prestasse.

85 MORA, Luiz Damas - *Hospital do Desterro*, p. 84.

86 GOMES, Bernardino António - *Memória sobre a Virtude Tenífuga da Romeira, com Observações Zoológicas e Zoonómicas relativas à Ténia*, p. 1-39.

87 Para além das obras que referimos, há ainda a referência ao opúsculo *Memória sobre a Enfermidade de que faleceu o Desembargador Joaquim José Vieira Godinho, na qual se Refuta a Opinião do Doutor I...T... (Ignacio Tamagnini?) sobre a sua Causa, etc.* Lisboa, impresso na Off. de Simão Thadeo Ferreira.



Figura 10 - Sinalética do Largo Bernardino António Gomes, onde também existe um busto seu, junto ao Campo de Santa Clara.

Mais tarde, a 8 de março de 1924, foi a vez da Secção de História da Medicina, da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa tomar a iniciativa. A 21 do mesmo mês, em sessão da Câmara Municipal de Lisboa, foi aprovada uma proposta para se colocar uma lápide no n.º 21 da Praça da Alegria, casa onde viveu.

Por ocasião das comemorações do centenário do seu falecimento, a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Paredes de Coura, a 16 de outubro de 1924, doou 100 000 reis e determinou que se abrisse uma subscrição pública para juntar ao subsídio atribuído à comissão de médicos que tinham promovido a homenagem. A 12 de setembro de 1925, o seu retrato foi colocado no Salão Nobre do município, tendo Júlio de Lemos discursado sobre a vida do cientista e João Luís Afonso Viana descerrado o pano. A 12 de novembro desse mesmo ano, por proposta do vice-presidente Francisco Alexandre de Sousa Mata, a Câmara Municipal de Paredes de Coura atribuiu a designação de *Rua Dr. Bernardino António Gomes* ao arruamento que parte do Largo do Visconde de Mozelos até ao Largo da Feira do Gado (Fig. 9).

A 14 de novembro de 1926 foi inaugurada a estátua que se encontra no Jardim Botânico de Lisboa.

Por edital da Câmara Municipal de Lisboa, a 27 de agosto de 1930, foi atribuído o seu nome a um largo na freguesia de S. Vicente de Fora (Fig. 10).

Em 1968, foi declarado fundador da Dermatologia portuguesa e patrono da Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia.

A 6 de fevereiro de 1984, foi aprovada uma proposta do vereador Mário Montenegro para se mandar erigir um busto assente em pedestal, numa praça pública de Paredes de Coura.

Em 1996, o farmacêutico Gaspar Simões Viana, de Viana do Castelo, inseriu no jornal *A Aurora do Lima* um artigo sobre a vida e obra deste «alto-minhoto ilustre»⁸⁸.

88 VIANA, Gaspar Simões - *Bernardino António Gomes, Alto Minhoto Ilustre*.

À guisa de conclusão

Do quadro que traçamos na primeira parte, gostaria de realçar três aspetos: o carácter de transição do Antigo Regime para o Liberalismo, ao nível do modelo de governação, da passagem da cultura do público para a cultura do privado e do paradigma corporativo para o individual.

Só a partir da segunda metade do século XVIII é que a saúde começou a ser encarada como um assunto do interesse público e a cargo do poder central.

Num país pobre e ruralizado, a população era constituída por mendigos, crianças abandonadas e órfãs, marginais, doentes e deficientes que, a par das vítimas das epidemias, doenças contagiosas e mal nutrição, constituíam um exército de desfavorecidos e excluídos.

Assim, ao tempo em que nasceu e cresceu Bernardino António Gomes, foram-se reunindo as condições para se consumir o primeiro sinal de rutura, deslocando-se a doença e a preservação da saúde do domínio privado para o público, de lógicas assistenciais e corporativas para a organização de um estado forte e determinado a ocupar-se desses problemas.

Os cargos do Físico-mor, do Cirurgião-mor e do Provedor-mor da saúde estavam descredibilizados porque não conseguiam regular os vários ofícios da sua área nem a produção e venda de medicamentos; os físicos e cirurgiões eram poucos e não davam resposta às necessidades da população, apesar dos esforços dos municípios e do aumento progressivo das misericórdias; a criação da Junta do Protomedicato e, mais tarde, da Junta de Saúde Pública, foram sinais da vontade de alterar a situação.

Durante este período, esboçou-se uma política de medicina comunitária apoiada numa rede de «físicos e cirurgiões de partido» pagos pelos municípios e que, para além da medicina privada, tinham a incumbência de prestar assistência gratuita aos oficiais de certas instituições e seus familiares e à população mais pobre, fazer a vigilância das amas e dos expostos e atestar as mortes, entre outras funções.

Desde cedo, Bernardino António Gomes decidira dedicar a sua vida profissional à ciência e investigação, refletindo os ventos de

inovação e mudança que se viviam pela Europa e que chegavam relativamente rápido ao nosso país, particularmente à Universidade de Coimbra, onde fez os seus estudos de Medicina. Nas palavras do próprio filho, o propósito de se fixar em Lisboa confirma a sua ambição e a escolha de cultivar mais a ciência e a investigação do que a prática da medicina. Nesse sentido, a província era demasiado acanhada para as suas ambições, como já referimos.

Para um jovem de 25 anos, iniciar a carreira como médico capitão-de-fragata da Armada era um sinal auspicioso, permitindo-lhe ampliar o seu conhecimento em fitologia, agora num território marcado por uma grande variedade vegetal. Mas também dedicou-se ao estudo de uma doença de elevada prevalência no Brasil e que já lhe vinha despertando a curiosidade há anos.

Depois, combateu com êxito uma epidemia de tifo, numa esquadra portuguesa em Gibraltar, tendo a oportunidade de verificar o efeito do frio no combate às febres provocadas por esta doença infecciosa, tratamento que iria repetir quando foi «colocado» no Lazareto. Mas o seu trabalho pioneiro de isolar o primeiro alcaloide da quina foi o que mais reconhecimento internacional lhe deu, causando, paradoxalmente, forte contestação no país, vinda e alimentada pelos seus colegas da Universidade.

Estavam assim reunidas as condições para ser admitido na instituição mais prestigiada e apetecida por qualquer médico deseioso de notoriedade, a Academia das Ciências.

Inicia, então o segundo ciclo da sua carreira, agora como sanitarista e grande obreiro do plano de vacinação contra a varíola, combate ao qual se dedicou com êxito durante vários anos. O reconhecimento do seu trabalho abnegado guindou-o a membro da Junta de Saúde, a mais alta instância de poder em matéria de saúde pública. Quer na Instituição Vacínica quer na Junta de Saúde, privou com duas figuras das mais importantes no plano ideológico e organizativo da Saúde Pública no Portugal saído da Revolução Liberal de 1820: José Pinheiro de Freitas Soares, o autor do primeiro *Tratado de Polígia Médica* (1818) e Francisco Soares Franco, o eloquente deputado que fez parte da Comissão de Saúde Pública das Cortes e autor da primeira proposta do *Regulamento Geral da Saúde Pública* (1821).

Incansável, a parte final da sua carreira dedicou-a às doenças da pele e a um dos seus principais flagelos, a lepra. Também aqui

se revelou, mais uma vez, um visionário e um inovador no ensino e na organização dos serviços assistenciais. Pugnou pela criação da especialidade médica de dermatologia, pela especialização e reorganização dos hospitais que recebiam este tipo de doentes. Defendeu um tipo de ensino mais prático, feito nos próprios hospitais que, para isso, se deveriam instituir em centros de formação, aliás como já se vinha verificando nas escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e do Porto que ganhavam prestígio e disputavam a hegemonia da Universidade de Coimbra.

Sobre a sua vida familiar e os contextos em que foi vivida, a bibliografia consultada não dá elementos que permitam uma melhor compreensão da persistente acusação de adultério; o próprio filho omite este aspeto na biografia de seu pai, remetendo-se exclusivamente ao seu percurso profissional e produção científica. Todavia, das notas autobiográficas que Virgílio Machado reuniu, do teor da *Carta aos Médicos Portugueses sobre a Elefantíase* e da dedicatória da sua *Memória sobre as Virtudes Tenífugas da Romeira*, percebe-se a sua dor e tristeza pela situação familiar criada pela sua esposa, a falta de reconhecimento da sua dedicação à causa pública por parte do estado e as ignomínias a que foi sujeito por parte dos seus pares.

84

Mas o que nos interessa destacar é que estamos perante uma personalidade verdadeiramente iluminista que soube perscrutar os sinais do seu tempo, tempo a que ele próprio fez jus, participando na sua definição.

E se muito justamente a Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia o elegeu seu patrono, é de igual justiça reconhecer nele o obreiro do primeiro programa sistematizado de vacinação contra a varíola, precursor do moderno Plano Nacional de Vacinação.

Fontes

- ALVARÁ de 3 de Março de 1795, in SILVA, António Delgado - *Supplemento á Collecção de Legislação Portuguesa: Anno de 1791 a 1820*. Lisboa: Tipografia de Luis Correia da Cunha, 1847, p. 58-83.
- AVISO da Junta em 23 de Maio de 1800, in SILVA, António Delgado da - *Supplemento á Collecção de Legislação Portuguesa: Anno de 1791 a 1820*. Lisboa: Tipografia de Luis Correia da Cunha, 1847, p. 193-202.
- ALMEIDA, António de - *Annaes Vaccinicos de Portugal ou Memoria Chronologica da Vaccinação em Portugal, desde a sua introdução até o estabelecimento da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, [s.d.], p. 196-218.
- ANNAES do Conselho de saúde pública do Reino. Lisboa: Conselho de Saúde Pública do Reino, 1838-1842.
- 86 COLLECÇÃO de Opúsculos sobre a Vacina feitos pelos Sócios da Academia Real das Sciencias, que compõem a Instituição Vaccinica: e Publicados de Ordem da mesma Academia N.º I e II. Lisboa: Typografia da Academia, 1812.
- COLLECÇÃO de Opúsculos sobre a Vacina feitos pelos Sócios da Academia Real das Sciencias, que compõem a Instituição Vaccinica: e Publicados de Ordem da mesma Academia N.ºs III até IX. Lisboa: Typografia da Academia, 1813.
- DELAMARE, Nicolas - *Traité de la Police où l'on trouvera l'Histoire de son Établissement, les Fonctions et les Prérrogatives de ses Magistrats, toutes les Loix et tous les Règlements qui la Concernent, etc.* Paris: Jean & Pier e Cot, 1707. [consultado em 2013-07-18]. Disponível em: http://books.google.pt/books?id=F_nTi6vhf58C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=o#v=onepage&q&f=false
- DIÁRIO das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, Ata nº. 36, de 16/03/21. [Em linha]. Lisboa: Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa, 1821. Disponível em: <http://>

debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/036/1821-03-16/280

DIÁRIO das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, Ata n.º 38, de 20/03/21. [Em linha]. Lisboa: Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa, 1821. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/038/1821-03-20>

DIÁRIO das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, Ata n.º 10, de 09/02/22. [Em linha]. Lisboa: Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa, 1821. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/010/1822-02-09>

GOMES, Bernardino António - *Carta aos Médicos Portuguezes sobre a Elephantíase noticiando-lhes um novo Remédio para a Cura desta Enfermidade, pelo seu Colega, e Compatriota Bernardino António Gomes, Cavaleiro Professo na Ordem de Christo, Fidalgo Cavaleiro da Casa de S. M. F., Médico da sua Real Camara, e socio d'Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.

87

GOMES, Bernardino António - «Conta Annual da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa pronunciada na Sessão Publica de 1815», in *História e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Na Typografia da Academia, 1815, Tomo IV, Parte II, p. XXVII-XLIX.

GOMES, Bernardino António - «Conta dada na Congregação dos Membros da Instituição Vacínica da Academia Real das Ciências em 15 de Outubro de 1812», in *Collecção de Opúsculos sobre a Vacina feitos pelos Sócios da Academia Real das Sciencias, que compõem a Instituição Vacínica e Publicados de Ordem da mesma Academia (n.ºs I e II)*. Lisboa: Tipografia da Academia, 1812.

GOMES, Bernardino António - *Ensaio Dermosográfico ou Sucinta e Systemática Descrição das Doenças Cutaneas conforme os Princípios e Observações dos Doutores Willan, e Bateman, com Indicação dos Respectivos Remédios Aconselhados por estes Celebres Authores e Alguns Outros*. Lisboa: Typographia da Academia, 1820.

- GOMES, Bernardino António - «Ensaio sobre o Chinchonino e sobre a sua Influência na Virtude da quina e Doutras Cascas», in *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Tipografia da Academia, 1812. Tomo III, parte I.
- GOMES, Bernardino António - «Memória Sobre a Desinfecção das Cartas», in *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Tipografia da Academia, 1815. Tomo IV, Parte I, p. 36-57. Memória constante de um capítulo designado por «Memória dos sócios».
- GOMES, Bernardino António - *Memória sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil ou Cipó das Nossas Boticas*. Lisboa: Typographia do Arco do Cego, 1801.
- GOMES, Bernardino António - *Memória sobre a Virtude Tenífuga da Romeira, com Observações Zoológicas e Zoonómicas relativas à Ténia. Lisboa e com huma Estampa*. Lisboa: Na Typ. Da Academia Real das Sciencias, 1822. [em linha]. [s. l., s.n, s. d.] [Consultado em 9 outubro 2012]. Disponível em: <<http://archive.org/details/memoriasobrevirtoogome>
- 88 GOMES, Bernardino António - «Memória sobre as Boubas», in *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Tipografia da Academia, 1815. Tomo IV, Parte I, p. 1-35. Memória constante de um capítulo designado por «Memória dos sócios».
- GOMES, Bernardino António - *Memória sobre os Meios de Diminuir a Elephantíase em Portugal e de aperfeiçoar o Conhecimento e a Cura das Doenças Cutâneas, oferecida às Cortes de Portugal de 1821, pedindo a sua Atenção para o Estado da Elephantíase em Portugal*. Lisboa: Officina de J. F. Monteiro de Campos, 1821.
- GOMES, Bernardino António - *Método de curar o Tifo ou Febres Malignas Contagiosas pela Efusão da Água Fria, com a Teoria do Tifo, segundo os Princípios da Zoonomia de Darwin e Explicação do modo de obrar da Efusão Fria e uma Carta ao Dr. James Currie com Reflexões e Observações sobre este Método*. Lisboa, [s. n.], 1806.
- GOMES, Bernardino António - *Observações Botânico-Médicas sobre Algumas Plantas do Brasil, Escriptas em Latim e*

Portuquez, Offerecidas à Academia Real das Sciencias. Lisboa: Typographia da Academia, tomo 3, parte 1.^a, 1812.

GOMES, Bernardino António - *Observações sobre a Canela do Rio de Janeiro, Escriptas a rogo do Senado da Câmara da mesma Cidade em 8 de Maio de 1798 e ultimamente retificadas, adicionadas e oferecidas ao mesmo Senado*. Rio de Janeiro, [s. n.], 1798.

GOMES, Bernardino António - «Recopilação Histórica dos Trabalhos da Instituição Vaccinica durante o seu Primeiro Anno», in *Memórias de Mathematica e Phisica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1814. Tomo III, Parte II, p. LXXVI-XCIX.

HISTÓRIA e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Na Typografia da Mesma Academia, 1815. Tomo IV, Parte I.

MORGANTI, Bento - *Juízo Verdadeiro sobre a Carta Contra os Medicos, Cirurgioens, e Boticario*. Lisboa: Officina de Joseph Philippe, 1758.

MORGANTI, Bento - *Sustos da Vida nos Perigos da Cura ou Carta que hum Amigo escreveo a outro, estando convalescendo, depois de uma Enfermidade*. Lisboa: Oficina de António Vicente da Silva, 1758.

NOTÍCIA da Vida e Trabalhos Scientificos do Médico Bernardino António Gomes. Lisboa: Tipografia da Academia, 1857.

O Instituto, Jornal Scientifico e Litterario. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1858, Volume Sexto.

ORDENAÇÕES Filipinas: dos Corregedores das Comarcas: Livro I, Título LVIII. [Em linha]. [s. l: s. n., s. d.]. [Consultado em 17 de julho de 2013]. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>

PORTARIA de 9 de Agosto de 1814, in SILVA, Antonio Delgado da - Collecção da Legislação Portuqueza: desde a Última Compilação das Ordenações: Legislação de 1811 a 1820. Lisboa: Typografia Maigrense, 1825, p. 316-317.

Revista Popular: Semanário de Litteratura, Sciencia, e Industria. Lisboa: Imprensa Nacional. 1849-1850, Vol. 2, n.º 49.

- ROMA, Francisco Morato - *Luz da Medicina, Prática racional, e methodica, Guia de Enfermeiros*. Coimbra: Oficina de Francisco de Oliveira, impressor da Universidade, e do Sancto Officio, 1753.
- SILVA, Antonio Delgado da - *Collecção da Legislação Portuguesa: desde a Última Compilação das Ordenações: Legislação de 1811 a 1820*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1825.
- SILVA, Antonio Delgado da - *Supplemento à Collecção de Legislação Portuguesa: Anno de 1791 a 1820*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.
- SILVA, Innocencio Francisco; ARANHA, Brito - *Diccionario Bibliographico Portuguez*. [CD-ROM]. [s. l.]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses [s. d.]. (Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses; 9.)
- SOUSA, José R. M. - *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes: Tomo VI*. [Em linha]. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1791. [Consultado em 17 de julho de 2013]. Disponível em: <URL: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_par-te=116&id_obra=74&pagina=419
- 90 VERNEY, Luís António - *Verdadeiro Método de Estudar para ser Útil a Republica, e à Igreja*. [Em linha]. Valensa: Oficina de Antonio Balle, 1746. [consultado em 20 de agosto de 2013] Disponível em: http://books.google.pt/books?id=q5DmfuAnt1EC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=one-page&q&f=false
- VICENTE, Gil; CARLOS, João; BRITO, Alberto da Rocha - *Auto chamado Farsa dos Físicos de Gil Vicente, com um Estudo do Prof. Doutor A. da Rocha Brito e Desenhos de João Carlos*. Lisboa: Laboratórios de Benfica, 1946.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Laurinda - «A Política Religiosa do Marquês de Pombal: Algumas Leis que abalaram a Igreja», in *Revista Século XVIII*. Lisboa. Vol I, Tomo 1 (2000), p. 223-233.
- ABREU, Laurinda - *European Health and Social Welfare Policies*. Santiago de Compostela: Compostela Group of Universities, 2004.
- ABREU, Laurinda - *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*. Lisboa: Edições Colibri - CIDEHUS - Universidade de Évora, 2005.
- ABREU, Laurinda - *Memórias da Alma e do Corpo: a Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage, 1999.
- ABREU, Laurinda - «Misericórdias: Patrimonialização e Controlo Régio (Séculos XVI e XVII)», in *Ler História*. Lisboa. N.º 44 (2003), p. 5-24.
- ABREU, Laurinda - «O que ensinam os Regimentos Hospitalares? Um Estudo Comparativo entre os Hospitais das Misericórdias de Lisboa e do Porto (séculos XVI e XVII)», in *A Solidariedade nos Séculos: a Confraternidade e as Obras: Actas do I Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto e Alêtheia Editores, 2009, p. 267-285.
- ABREU, Laurinda - «Um Sistema Antigo num Regime Novo: Permanências e Mudanças nas Políticas de Assistência e Saúde (1780-1840): O Caso do Alentejo», in FONSECA, T.; FONSECA, J. - *O Alentejo entre o Antigo Regime e a Regeneração*. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS / UE, 2011.
- ABREU, Laurinda - «A Organização e Regulação das Profissões Médicas no Portugal Moderno: entre as Orientações da Coroa e os Interesses Privados», in CARDOSO, Adelino, (Coord.); OLIVEIRA, António, (Coord.); MARQUES, Manuel, (Coord.) - *Arte Médica e Imagem do Corpo: de Hipócrates ao Final do Século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2010, p. 97-122.
- ARIÈS, Philippe - *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio d'Água, 1988.

- ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger - *História da Vida Privada, do Renascimento ao Século das Luzes*, Vol. 3. Lisboa: Edições Afrontamento, 1990.
- BRITO, João Pedro Manso Xavier de Brito - *Bernardino António Gomes, Capitão-de-fragata Médico Naval - Um Notável Cientista mal Conhecido do Dealbar do Século XIX*. Comunicação apresentada na Academia da Marinha, 7 de junho de 2011. Disponível em: <http://megaslides.org/doc/457598/bernardino-ant%C3%B3nio-gomes-capit%C3%A3o-de>
- CRESPO, Jorge - *A História do Corpo*. Lisboa: Difel, 1990.
- CUNHA, Narcizo Cândido Alves da - *No Alto Minho, Paredes de Coura*. Porto: Tipografia do Porto Médico, 1909 (Reimpressão fac-similada em 2001).
- FOUCAULT, Michel - *Microfísica do Poder*. 14.^a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- HEROLD, Bernardo J.; CARNEIRO, Ana - *Bernardino António Gomes 1768-1823*. Disponível em: <http://www.spq.pt/files/docs/Biografias/BAGomesport.pdf>
- HESPANHA, António Manuel - «Depois do Leviathan», in *Almanack Braziliense*. [Em linha]. N.º 5 (maio 2007). [Consultado em 17 de julho de 2013]. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/>
- LOPES Maria Antónia - *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- LOPES, M. A. da S. F., e PAIVA, J. P. - «Introdução», in *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: Sob o Signo da Mudança: de D. José I a 1834*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, da Universidade Católica/União das Misericórdias, 2008. Vol 7, p. 7-35.
- LOPES, Maria A. - «Instituições de Piedade e Beneficência do Distrito de Coimbra na Década de 1870», in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra. N.º11 (2011), p. 317-358.
- LOPES, Maria Antónia - *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra: (1750-1850)*. Viseu: Palimage, 2000.
- MACHADO, Virgílio - *O Doutor Bernardino António Gomes (1768-1823): a sua Vida e a sua Obra*. Lisboa: Portugália Editora, 1925.

- MORA, Luiz Damas - «Hospital do Desterro», in *Omnia Sanctorum: Histórias da História do Hospital Real de Todos-os-Santos*. Lisboa: By the Book: Centro Hospitalar de Lisboa Central, 2012.
- PITA, João Rui - *Farmácia, Medicina e Saúde em Portugal (1772-1836)*. Lisboa: Minerva, 1996. (Minerva-História; 14)
- RIEDER, Philip; PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui - *História Ecológico-Institucional do Corpo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- SÁ, Isabel dos Guimarães - «A Assistência: as Misericórdias e os Poderes Locais», in OLIVEIRA, Cesar - *História dos Municípios e do Poder Local (Dos Finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 136-142.
- SÁ, Isabel dos Guimarães - «As Confrarias e as Misericórdias», in OLIVEIRA, César - *História dos Municípios e do Poder Local (Dos Finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 55-60.
- SÁ, Isabel dos Guimarães - «Os Hospitais Portugueses entre a Assistência Medieval e a Intensificação dos Cuidados Médicos no Período Moderno», in *Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora*. Évora: Fundação do Hospital Real do Espírito Santo, 1996, p. 87-103.
- SÁ, Isabel dos Guimarães - *Quando o Rico se faz Pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia - *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.
- SÁ, Isabel G. - As Crianças e as Idades da Vida, in MATTOSO, José (dir.) - *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011, p. 72-95.
- STILWELL, Isabel - *D. Maria II, tudo por um Reino*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.

SUBTIL, Carlos Lousada; VIEIRA, Margarida - «Os Primórdios da Organização do Programa Nacional de Vacinação em Portugal», *in Referência*. Coimbra, n.º 4 (2011), p. 167-174.

SUBTIL, Carlos Louzada Lopes - *A Saúde Pública e os Enfermeiros entre o Vintismo e a Regeneração (1821-1852)*. Porto: Universidade Católica Editora, 2016.

VIANA, Gaspar Simões - «Bernardino António Gomes, Alto Minhoto Ilustre», *in A Aurora do Lima*, n.º. 75 (13 de novembro de 1996), p. 1.



Escola polytechnica
CURSO pratico
FERRUGEM DE POTASSIO
Seccão nº 3

Escola polytechnica
6ª cad. Curso pratico
FERRUGEM DE POTASSIO
Seccão nº 2

Escola polytechnica
6ª cad. Curso pratico
FERRUGEM DE CALCIO
Seccão nº 3

Escola polytechnica
6ª cad. Curso pratico
HYDRATO DE POTASSIO
Seccão nº 2

Escola polytechnica
6ª cad. Curso pratico
HYDRATO DE POTASSIO
Seccão nº 2

237

PARIS 1900
304
MILNÉ FRÈRES
BIBLITE DE MANGANESO
304

LABORATORIO DE QUIMICA
de fumo
400

LABORATORIO DE QUIMICA
24

Seccão nº 3
34

Seccão nº 3
34

Seccão nº 3
34

Seccão nº 3
34